

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA E BACHARELADO**

**RESISTÊNCIA FERROVIÁRIA: A GREVE DE 1936 EM
SANTA MARIA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO

André Vinicius Mossate Jobim

Santa Maria, RS, Brasil

2008

RESISTÊNCIA FERROVIÁRIA: A GREVE DE 1936 EM SANTA MARIA

por

André Vinicius Mossate Jobim

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Núcleo de Pesquisa Mundos do Trabalho: Movimentos Sociais e Políticos no Brasil Contemporâneo no Curso de História – Licenciatura Plena e Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito de avaliação final para a obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em História.

Orientador: Professor Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

23 de Janeiro de 2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de História – Licenciatura e Bacharelado**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Trabalho de Conclusão de Graduação

**RESISTÊNCIA FERROVIÁRIA: A GREVE DE 1936 EM SANTA
MARIA**

elaborado por
André Vinicius Mossate Jobim

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado e Bacharel em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr.
(1º Membro Titular)

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra.
(2º Membro Titular)

Silvana Grünewaldt, Dra.
(Membro Suplente)

Santa Maria, 23 de janeiro de 2008

Para Cláudia. Um ser fantástico que foi
desenhado fora dos modelos
tradicionais e que me ensinou o valor
da palavra intensidade.

AGRADECIMENTOS

Tentar descrever todos aqueles que contribuíram para a concretização de um trabalho como este é uma tarefa importante, mas ao mesmo tempo injusta. Aqueles que não serão mencionados saibam que a minha gratidão é profundamente maior que a minha lembrança.

Agradeço ao meu orientador, Diorge Alceno Konrad, que desde a cadeira de Teoria da História III, um divisor de águas na faculdade, ensinou a mim e a outros colegas o valor da autonomia intelectual, e que fez as suas críticas sempre sinceras, procurando alargar a nossa visão para um mundo onde toda aparência necessita ser compreendida em sua essência.

A outros dois professores, Almir Floriano Peixoto e André Átila Fertig, que estiveram sempre dispostos a ajudar, emprestando seus livros e sempre prontos para uma boa conversa; aos profissionais do Arquivo Histórico de Santa Maria, da arquivista do jornal A Razão e aos colegas do GT Mundos do Trabalho.

A todos aqueles que me proporcionaram chegar e estudar na UFSM e no Curso de História. Meu respeito e gratidão pelos funcionários dessas instituições, em especial aos outros professores que, de uma ou outra forma, colaboraram para a construção desse caminho.

Aos meus colegas que trilharam juntos cinco anos de faculdade, em especial aqueles com quem partilhei os momentos de maior intensidade: Viviane Bandinelli e Nielle Villanova (dois amores da minha vida), Cirilo Nunes da Silva (parceiro pra todo o sempre) Guilherme Passamani (que me tornou a vida mais louca), Icaro Bittencourt (que não confunde sabedoria com arrogância), Jaisson Silva (mais um semeador da discórdia), Bruno Moraes (meu amigo e futuro pai do Arjuna), Alexandre Maccari (que me ensinou a gostar de cinema) Luiz Fernando Cabral (apesar de ser colorado), Camila dos Santos, Adriano Sá Britto e Cassius da Silveira.

Aos meus pais, Clareni e Jorge Jobim, que me criaram de forma livre, sem imposições autoritárias e pensamentos dogmáticos, e que estiveram sempre juntos a mim, dando todas as condições materiais e emocionais para simplesmente viver.

Como?

O homem é apenas um erro de Deus?

Ou Deus apenas um erro do homem?

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Graduação
Curso de História – Licenciatura e Bacharelado
Universidade Federal de Santa Maria

RESISTÊNCIA FERROVIÁRIA: A GREVE DE 1936 EM SANTA MARIA

AUTOR: ANDRÉ VINICIUS MOSSATE JOBIM

ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 23 de janeiro de 2008.

O presente trabalho trata da greve dos ferroviários de fevereiro de 1936, iniciada em Santa Maria, e as suas articulações com aspectos da doutrina positivista e da lógica trabalhista, enfatizando ainda as influências do espiritismo, o papel das mulheres e a relação do governo estadual com a imprensa santamariense durante o período de greve. A discussão em torno das greves no Rio Grande do Sul não está finalizada e essa monografia procura contribuir modestamente nesse debate, oferecendo dados e informações novas sobre um movimento ocorrido em 1936 que não ganhou mais que alguns parágrafos nos trabalhos sobre história dos ferroviários ou sobre o movimento operário sul-rio-grandense.

Palavras-chaves: Greve, ferroviários, trabalhismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO: UMA GREVE FERROVIÁRIA NOS ANOS TRINTA	13
1.1. Aspectos Econômicos	13
1.2 Aspectos Políticos	17
1.3. Aspectos Sociais	26
CAPÍTULO II – 1936: A GREVE FERROVIÁRIA EM SANTA MARIA	33
2 1. Positivismo e Política	33
2.2. O Desenrolar do Movimento Grevista	35
2.3. Influência do Positivismo no Movimento Operário Sul-Rio-Grandense	41
2.4. O Tema do Espiritismo	43
2.5. O Papel Desempenhado Pelas Mulheres na Greve	47
2.6. A Censura Governamental à Imprensa Municipal	50
CAPÍTULO III – O TRABALHISMO FERROVIÁRIO	54
3.1. As Sociedades Mutuais	54
3.2. O Socialismo Difuso	56
3.3. O Anarquismo	58
3.4. Comunismo e Circulismo	60
3.5. O Trabalhismo no Meio Ferroviário	61
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	72
Bibliográficas	72
Home-pages Consultadas	76
Jornais Consultados	76

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de um trabalho que teve início no Núcleo de Pesquisa em História: Mundos do Trabalho – Movimentos Sociais e Políticos no Brasil Contemporâneo, no segundo semestre de 2006. Inclui-se entre aqueles estudos que, dialogando com a história social do trabalho, se propõem a alargar, mesmo que de forma ainda pontual, a história dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, ainda excessivamente concentrada nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Para a concretização desse objetivo, analisou-se uma greve ocorrida no ano de 1936, que teve início com os ferroviários de Santa Maria e alastrou-se para outros municípios do Estado.

Por se tratar de um movimento ocorrido nos anos trinta, o episódio traz à discussão as noções cristalizadas sobre as supostas características da classe operária brasileira no pós-1930, ou seja, “dócil e submissa, de origem nacional e rural, aceitando a tutela do Estado” (LONER, 2001, p. 74), tão bem construída por uma parte da sociologia brasileira dos anos sessenta.¹ Ao contrário dessa visão, sabe-se que, embora haja um Estado repressivo e excludente, ele não surge como todo-poderoso a ponto de moldar as mentes e o comportamento dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 99). Portanto, é partindo dessa premissa que a greve de 1936 será apresentada.

Levando em conta tais elementos, a tentativa deste trabalho será a de resgatar a história de uma greve ocorrida em Santa Maria, levada a cabo por operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.). Categoria, aliás, tradicionalmente afinada com os poderes estaduais (FLORES, 2005, p. 548), dentro do contexto político dos governos de Getúlio Vargas (em nível nacional) e Flores da Cunha (em nível estadual).

Em primeiro lugar, é fundamental que fique claro que este recorte temático procura aprofundar o estudo da greve somente na cidade de Santa Maria, deixando de lado a pesquisa sobre as repercussões do movimento em outras cidades. Como segundo ponto, cabe sublinhar que não é objetivo desenvolver aqui um amplo panorama histórico sobre a República Nova² ou sobre os anos de governo do Partido Republicano Liberal (PRL) frente ao governo do Rio

¹ Para isso, ver: BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/USF, 1998, p. 145-158 e 435-439.

² República Nova é um termo que designa o período do primeiro governo Vargas, que se estende de 1930 a 1937.

Grande,³ até pelo espaço ser restrito. Entretanto, é evidente que será necessário dedicar análises sobre espectros mais amplos da realidade nacional e estadual, pois uma greve não pode ser pensada como um todo independente e auto-explicativo. Como bem define KOSIK (1976, p. 41).

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade.

Certamente, uma das maiores contribuições do marxismo e da História dos Annales tenha sido a de trazer à tona atores políticos que se mantiveram por muito tempo fora dos livros de história, a saber, os trabalhadores. São eles que, além de representarem a grande maioria de qualquer sociedade, a sustentam com sua força e produtividade. Como já afirmava MARX (1996, p. 172), o trabalho é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Partindo da importância do estudo do trabalho e as formas de luta que o seu processo assume, as recentes reflexões sobre história operária apontam que os estudos sobre greves, associações e partidos, isto é, sobre sua rede institucional-organizacional, não podem ser descartados em nome de preferências analíticas (PETERSEN, 2001, p. 18). Apesar de aparentemente mais tradicional que análises sobre identidades e cultura operária, essa historiografia ainda se apresenta como profundamente lacunar, principalmente no que tange ao Rio Grande do Sul. Assim, é com base nesse contexto que esta monografia se justifica, pois ajuda a preencher, ainda que de forma breve, o espaço das lutas dos trabalhadores no campo da história.

Quando se fala em *história social do trabalho*, torna-se imprescindível situar e significar esse conceito. De acordo com Silvia Petersen, ela surge dentro do campo da *história*

³ O PRL foi fundado em 1932 por Flores da Cunha e seus aliados como forma de apoio a Vargas durante o movimento político promovido pela elite paulista no mesmo ano. Flores da Cunha, sob a sigla do PRL, governou o Estado até 1937, até poucos dias antes do início da ditadura do Estado Novo, quando fugiu para o Uruguai.

social.⁴ Não é por acaso que na tradição historiográfica inglesa, história do trabalho (Labour History) é tida como sinônimo de história social. Porém, é necessário frisar que não são a mesma coisa: a história social é um campo mais abrangente que a história social do trabalho, e a segunda insere-se dentro da primeira.

A história social do trabalho caracteriza-se por estudar tanto os aspectos técnicos do trabalho (organização, adequação das ferramentas, máquinas e técnicas; disposição dos processos de oferta e procura; determinação do marco físico em que se desenvolve, etc.) quanto de seus protagonistas, trabalhadores e capitalistas, e as relações que esses estabelecem entre si e com os processos de produção (processo de fixação e adequação da força de trabalho e do capital, com respeito às demandas dos diferentes modos de produção; desenvolvimento de aspirações divergentes, umas no sentido de obter maior rendimento, outras no de modificar as estruturas sócio-econômicas, etc.) (AIZPURU, Mikel; RIVERA, *apud* PETERSEN, 2005, p. 4).

Outro ponto que deve ser visto cuidadosamente é a diferença entre *história dos trabalhadores* e *história operária*. A última se refere aos trabalhadores modernos assalariados não incluindo, por exemplo, os escravos ou os servos medievais. Da mesma forma, a história do movimento difere da história da classe operária. Quando se trata de *movimento operário*, por exemplo, isso significa a existência de algum tipo de organização coletiva de classe. Já a *história da classe operária*, abarca o conjunto da classe, inclusive aqueles que não atuam nas organizações e ações coletivas (PETERSEN, 2006, p. 8-9). Como é possível perceber, as distinções, mesmo que um tanto tênues, servem para orientar as análises de modo que não se descuide das questões conceituais.

Para a pesquisa, as fontes utilizadas foram essencialmente os jornais *A Razão* e *Diário do Interior*, de Santa Maria, e *Correio do Povo*, de Porto Alegre, além de documentos encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Estas fontes foram confrontadas com um conjunto de referências bibliográficas que passam rapidamente pela história da greve, da organização da VFRGS, das esferas políticas em seus distintos níveis, e do movimento operário sul-rio-grandense, entre outras. As notícias impressas foram todas fotografadas digitalmente e armazenadas para sofrerem uma análise mais detida por parte do pesquisador. As informações nelas encontradas foram comparadas entre os diversos jornais, o que

⁴ Sobre história social ver: CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. A história social. In: **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 348-406; ver também: CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

possibilitou inclusive, como será possível averiguar no desenvolvimento do trabalho, captar diferenças na forma de tratamento da greve.

Os capítulos foram divididos da seguinte forma: no primeiro, as reflexões se direcionaram para compreender o contexto histórico mais amplo em que a greve de 1936 estava inserida. Determinados aspectos sociais, políticos e econômicos foram ligeiramente vislumbrados com o intuito de situar o tema em estudo, demonstrando que por menor que seja o recorte, esse nunca pode prescindir da estrutura sob a qual está colocado.

O segundo capítulo trata da greve em si, seu desenvolvimento, repercussões e negociações, que acabam se concluindo com o fim do movimento. Nesse instante são apresentados os sujeitos históricos como protagonistas de sua própria vida, lutando por seus direitos e, de certa forma, imprimindo a sua crítica ao governo Flores da Cunha, que havia prometido benefícios sem cumpri-los. Em vez de trabalhadores totalmente “manipulados”, o que se observa é um movimento de luta expresso, isso sim, dentro dos limites da ordem, mas que não perdia de vista a concretização de suas conquistas. Juntamente ao processo, é destacado o papel dos filhos e das companheiras dos ferroviários durante a greve, momento de grande riqueza principalmente pela exigüidade de fontes que existe nesse campo. Outro esforço que resultou do estudo detalhado das fontes foi a descoberta de importantes relações de um líder grevista com o espiritismo umbandista, num contexto em que os círculos operários contavam com a grande maioria dos ferroviários como adeptos do catolicismo cristão. Por fim, com total responsabilidade do pesquisador, foi construída uma interpretação sobre as diferenças já citadas anteriormente nas coberturas jornalísticas empreendidas pelos dois principais órgãos de imprensa da cidade.

Na terceira e última parte, a formulação de um posicionamento político por parte do grupo de trabalhadores ferroviários durante a greve é alvo de algumas considerações. Será que o fato de serem empregados de uma empresa estatal influencia na sua organização e nas suas ações durante o episódio? O tratamento historicamente dado pelo governo sul-rio-grandense (desde a grande greve de 1917)⁵ às questões da “classe” ferroviária passa por quais interesses econômicos? Seria o conceito de trabalhismo adequado para designar a ação política dos operários da ferrovia na sua relação com o governo estadual? Tais questionamentos permeiam o capítulo final e são agregados a eles algumas indicações sobre os limites atingidos pela pesquisa e possíveis caminhos para o desenvolvimento de novos estudos que possam

⁵ Sobre o tratamento dado pelos republicanos na greve de 1917 ver: PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Coleção Universidade Livre. Porto Alegre: L&PM, 1986.

aprofundar, complementar ou então questionar as informações e interpretações apresentadas por essa monografia.

Cabe destacar que não se optou por um capítulo teórico em separado, pois se compreende que a teoria não pode ser desvinculada do momento da análise. Portanto, as reflexões de cunho teórico serão debatidas ao longo dos capítulos.

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO: UMA GREVE FERROVIÁRIA NOS ANOS TRINTA

Neste capítulo será abordado o contexto histórico brasileiro ao longo dos anos 1930 até 1937 - espaço temporal dentro do qual ocorre a greve ferroviária -, relacionado com as particularidades históricas do Rio Grande do Sul nos seus âmbitos econômicos, políticos e, sobretudo, sociais. Antes de dar esse passo, se faz necessário enfatizar que esse tipo de compartimentação do conhecimento (em econômico, social e político) nada mais é do que uma tentativa de tornar mais didáticas as interpretações aqui apresentadas. Como destaca WACHOWICZ (1989, p. 20): “a divisão do conhecimento em diferentes áreas já é uma convenção arbitrada em face da dificuldade que tem o espírito humano em apreender a realidade mesma”. Dessa forma, essas categorias não devem ser absolutizadas ou pensadas de forma estanque, mas vistas como elementos que se condicionam mutuamente e constituem parte de uma mesma realidade. Vale lembrar também que, mesmo desejando se tratar da conjuntura dos anos trinta, as considerações não se restringem somente a ela.

1.1 Aspectos Econômicos

Para analisar o Brasil na perspectiva do pós-30, Edgar Carone se remete a um acontecimento internacional que teve reflexos diretos na organização econômica do país, a saber, a grande depressão de 1929. Segundo o autor (1991, p. 11): “a crise de 1929 atinge, em primeiro lugar, os países produtores e exportadores de matérias-primas, situação que se agrava entre 1930 e 1931”. No caso do Brasil, a agricultura (liderada pelo café), as finanças e a indústria incipiente sofreram o impacto da situação, principalmente a primeira (Ibid., p. 14). Isso aparece como um sinal de que era preciso eliminar a dependência quase que absoluta, de toda a economia do país, de um só produto de exportação (PESAVENTO, 2002, p. 104).

Com a crise, o Governo Provisório que se instalou no Brasil em 1930, foi em busca de novas opções econômicas, como modo de superar as dificuldades internas, procurando, lentamente, diversificar a produção nacional. Assim, o papel do Estado começou a adquirir maior relevância. CARONE (op. cit., p. 16) salienta que, a partir de 1931, especialmente, a intervenção do poder estatal foi “fator básico para a continuação da comercialização dos produtos primários”. Nesse ano surgiram inúmeros institutos como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Cacau, o Instituto do Pinho e o Instituto do Sal. Com a formação desses diversos órgãos, agora era o governo que estipulava o preço da safra, a qualidade do produto a ser adquirido, a forma de ser comprado, etc.

Entretanto, a agricultura, apesar dessas ações, não conseguia superar a sua situação catastrófica. Os baixos preços e o excesso de produção impediam que se concretizasse alguma melhoria. A baixa dos salários agrícolas em mais de 40% não adiantava em quase nada, e muitos fazendeiros despediram inúmeras famílias, gerando um acentuado êxodo rural. Em contrapartida, a produção industrial passou por um momento um pouco mais favorável. Com a agroexportação em níveis baixíssimos e a conseqüente falta de divisas para importação, a indústria passou a ter a função primordial de atender o mercado interno e as necessidades da classe média mais abastada. IANNI (1989, p. 11) denominou esse processo de “substituição de importações”, que, depois de 1929, ocorreu em diversos países da América Latina de forma concomitante. Dentre eles destacam-se o México, a Argentina e o Brasil.⁶ Apesar de muitos sinais negativos, que só seriam definitivamente superados com a Segunda Guerra Mundial, a indústria nacional conseguiu alcançar entre os anos de 1933 e 1934 o mesmo nível produtivo de 1929 (CARONE, op. cit., p. 17).

No Rio Grande do Sul, a conjuntura depressiva já vinha se manifestando desde o fim da Primeira Guerra. Em 1926, até mesmo o arroz, que teve alguns surtos de expansão na pauta de exportações do Estado, foi prejudicado, e a pecuária, um dos principais braços da economia sul-rio-grandense, se retraiu fortemente. Assim, o final dos anos vinte assinalou no Rio Grande um florescimento do espírito associativo – inclusive politicamente, como será possível observar -, através do qual os produtores procuravam encaminhar e resolver problemas não superados (PESAVENTO, op. cit., p. 87). Em 1930, apesar de a crise produzir conseqüências drásticas na economia, afetando, sobretudo, o sistema financeiro calcado nos rendimentos da agricultura, a sua direção agroexportadora não mudou radicalmente. Nesse contexto, surgindo

⁶ No caso da Argentina, essa interpretação é reafirmada por MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Heterogeneidad obrera y nacionalismo popular. In: **Estudios sobre las orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1969, p. 59-129, especialmente 113.

como a principal prejudicada, a pecuária foi a área que recebeu maior atenção por parte do governo Flores da Cunha, pois com a aplicação dos recursos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, os produtores conseguiram amenizar momentaneamente as dificuldades econômicas (FLORES, 1990 *apud* KONRAD, 1999, p. 329). Dentro de uma perspectiva mais ampla,

[...] o RS sempre desempenhara um papel periférico na economia e na política brasileiras e dependente das mesmas. Internamente, desenvolvera um modo próprio de acumular riqueza e capitais e de organizar o poder, nucleado na agropecuária e no mundo urbano. A industrialização realizada vinculava-se organicamente à exploração dos constituintes agropecuários do modelo, criando um mercado próprio que, na unificação dos mercados regionais do país, mostrou-se pequeno para impulsionar uma forma de industrialização diferenciada (MÜLLER. In: DACANAL; GONZAGA, 1979, p. 362).

De certa forma, esse modelo econômico acabava reproduzindo a própria crise devido à predominância das mesmas características anteriores, como a manutenção dos grandes latifúndios e a concentração numa economia baseada no setor primário e na agroexportação. Portanto, o capital oriundo de atividades comerciais e industriais, em vez de ser investido na indústria, era aplicado para a solução dos problemas agropecuários, reproduzindo, assim, o ciclo da crise (KONRAD, *op. cit.*, p. 332-333).

No plano geral da economia brasileira, o Governo Provisório tomou algumas medidas emergenciais que resultaram numa relativa diversificação da produção. O Brasil continuou a exportar café, mas não deixou de incentivar outros gêneros como o algodão, que adquiriu papel importante nas exportações do país. A indústria, gradualmente, ao longo da República Nova, foi se colocando como a nova forma de acumulação que nortearia o desenvolvimento capitalista do Brasil (PESAVENTO, *op. cit.*, p. 105).

O governo central via o Rio Grande do Sul como destinado a se desenvolver atrelado às necessidades do mercado brasileiro. Seu papel seria de fornecer gêneros de subsistência para o mercado consumidor. Nesse sentido, a manutenção da estrutura agropecuária por parte de Flores da Cunha ia ao encontro dos interesses do governo central (Ibid., p. 106).

Essa continuidade determinou um processo interessante no estado: os pequenos agricultores da região colonial, frente a esse modelo de desenvolvimento, deram início a algumas mudanças. Como enfrentar um caso em que a preocupação maior das instâncias políticas está centrada fundamentalmente nos interesses dos grandes proprietários rurais? Exemplo disso é o incentivo do governo estadual à sindicalização dos grandes produtores como forma eficaz de encaminhamento dos problemas econômicos e de fazer a mediação das

relações entre as classes sociais e o Estado. Como forma de reação aos sindicatos que contavam com a proteção do governo e que gozavam de isenção de impostos,⁷ desenvolveu-se entre as populações coloniais um surto cooperativista (Ibid., p. 112). Essas cooperativas de pequenos produtores procuravam contrabalançar o monopólio da produção e comercialização dos produtos estabelecidos pelos sindicatos. A seguinte passagem esclarece melhor essa situação:

A mandioca, o trigo, o fumo e outros, são estimulados para a produção através das cooperativas, pois o pequeno agricultor, frente a baixa capitalização, não tem condições de concorrer com os grandes proprietários. O sistema de cooperativas facilita também às técnicas de produtividade da terra, gerando um processo lento, mas contínuo de capitalização na agricultura, que ganha maior força nesse momento. Por outro lado, é através da região colonial que as atividades industriais e comerciais são incrementadas, diversificando a economia gaúcha (MACIEL, 1975 *apud* KONRAD, op. cit., p. 334)

Esse movimento de capitalização também gerou entre os pecuaristas uma mudança na perspectiva de produção. Muitos criadores retornaram à idéia de frigorificação das carnes. O governo central deu apoio a essa iniciativa que tinha um cunho nacionalista, pois, em certa medida, tinha como fundamento diminuir o campo de manobras dos frigoríficos estrangeiros no Rio Grande, que concentravam parte de suas atividades no charque. Por se tratar de uma indústria nacional que utilizaria matéria-prima local, devia ser incentivada.

Juntamente com essa renovação na área pecuarista, a agricultura passou a gerar, em alguns momentos, rendas mais altas que a pecuária. Depois do arroz, desenvolveu-se no estado com relativa intensidade a cultura da cebola, do trigo e do milho, esse último ligado à suinocultura como alimento dos animais (PESAVENTO, op. cit., p. 107).

Só para se ter uma idéia sobre qual era o papel da Viação Férrea no quadro econômico do Rio Grande do Sul, cabe uma pequena consideração. Dentro do contexto complementar da economia sul-rio-grandense, a importância da ferrovia estadual advinha, sobretudo, do transporte de cargas. Mais especificamente de animais, e por isso foi alvo de grandes investimentos por parte do governo, o que geraria uma expansão crescente na capacidade da rede entre os anos vinte e quarenta (HILLIG, 2005, p. 36).

Outro elemento de destaque nas questões econômicas nesse momento foi a entrada de capitais estrangeiros integrados ao capital nacional. Assim, com base nas ações conjuntas do

⁷ Apenas para situar o assunto sobre o qual se está falando, pode-se dizer que com a legalização do decreto 19.770, em 1931, o Governo Provisório estabeleceu uma série de exigências para as entidades sindicais poderem usufruir dos direitos que o governo passou a reconhecer no pós-30. Essa questão será tratada de forma mais aprofundada nas próximas linhas.

governo central com o poder estadual, o Rio Grande do Sul, ainda em 1935, conseguiu equilibrar de forma relativa as suas finanças (KONRAD, op. cit., p. 337).

Por fim, observando de um ponto de vista macroscópico, pode-se dizer que o Brasil deu seus primeiros passos rumo à substituição do modelo de desenvolvimento baseado na agroexportação para aquele centrado na indústria.⁸ Ao Rio Grande coube se manter na função tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional, o que não mudaria muito após o golpe do Estado Novo,⁹ em 1937.

1.2 Aspectos Políticos

O ano de 1926 demarcou um importante momento de inflexão na história política sul-rio-grandense. Nessa época, personagens como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho, uma segunda geração de republicanos, deram início a um processo de progressiva aproximação entre as duas principais correntes políticas¹⁰ do estado. Tal aproximação visou construir uma unidade estadual que favorecesse a recuperação econômica e aumentasse a pressão política sobre o centro de poder representado por São Paulo e Minas Gerais (RANGEL, 2001, p. 25).

Em 1927, Assis Brasil, do Partido Federalista (PF), promoveu uma importante articulação com a oposição paulista liderada pelo Partido Democrático (PD), favorecendo uma aproximação em nível nacional contra a fraude política levada à testa pelas máquinas republicanas em seus respectivos estados.

Com o fim do longo governo Borges de Medeiros¹¹, ascendeu ao poder, em 1928, Getúlio Vargas, pertencente a essa segunda geração de republicanos que foi mencionada. O seu governo empreendeu uma série de ações orientadas para o atendimento imediato dos produtores estaduais. Como não podia deixar de ser, a pecuária sulina, pela sua situação caótica, foi aquela que recebeu maior atenção. Foi criado o Banco do Estado do Rio Grande

⁸ Aqui é necessário enfatizar que “a demanda industrial se torna mais acelerada a partir de 1942 quando o Brasil passa a fornecer produtos industriais aos Estados Unidos, que os repassam às tropas aliadas na Europa” (CARONE, op. cit., p. 18).

⁹ O período conhecido como Estado Novo se estende do ano de 1937, momento do golpe, até 1945, quando Vargas deixa o poder.

¹⁰ Os republicanos, associados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e os liberais, ligados ao Partido Federalista (PF).

¹¹ Ele governou o Rio Grande entre os períodos de 1898-1908 e 1913-1928, sendo interrompido apenas pelo mandato de Carlos Barbosa (1908-1913).

do Sul, que concedeu aos pecuaristas crédito a juros baixos; as tarifas ferroviárias foram reduzidas, e o contrabando de charque pelo Uruguai foi combatido, apoiando a idéia já mencionada de criar um frigorífico nacional (PESAVENTO, op. cit., p. 89). Na seqüência dessa rearticulação política, em 1928 é fundado, em Bagé, o Partido Libertador, em substituição ao Partido Federalista. Conforme RANGEL (op. cit., p. 37):

A eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado, em 25 de novembro de 1927, foi o marco de uma nova fase política e administrativa para o Rio Grande do Sul. Na dimensão política, representou a amortização da consagrada clivagem ideológica entre os conservadores autoritários e conservadores liberais, em benefício de um projeto de poder que tinha por objetivo a conquista do governo federal; do ponto de vista econômico, significou o esforço de superação dos efeitos imediatos da crise econômica do setor agropecuário.

Durante a República Velha,¹² a elite agrária nacional passou, no fim da década de 1920, de uma ardente defesa (um tanto quanto aparente) do *laissez-faire* a uma adesão relativamente aberta ao intervencionismo estatal. De algum modo esse processo também ocorreu no Rio Grande, pois em uma das falas do próprio Getúlio, em 1927, já se podia observar certo pessimismo quanto às idéias liberais: “[...] o Estado não pode se limitar ao conceito de Spencer, de mantenedor da ordem e distribuidor da justiça. E todos lhe reconhecem o papel preponderante de interventor, protegendo a saúde das populações, [...] ordenando todas energias na aspiração comum da grandeza da pátria” (*apud* RANGEL, op. cit., p. 38).

Uma vez coligados os objetivos das facções, concretizou-se em 1928 a formação da Frente Única Rio-Grandense. Essa reunia de um lado o PRR e de outro o PL. O atendimento pelo governo dos interesses econômicos da classe dominante diminuiu, em parte, o antigo problema da falta de circulação do poder no interior da classe, e demonstrou que quando os problemas afetam os dois lados, esses não perdem a oportunidade de unificar os seus interesses em benefício próprio.

Essa situação abriu caminho para a formação de outra aliança, só que agora em nível nacional, que teve como resultado a Aliança Liberal, formada pela dissidência oligárquica que fazia oposição ao governo central nas eleições de sucessão de Washington Luís. Derrotados nas urnas, seus integrantes pegaram em armas e deram início ao Movimento de 1930,¹³

¹² Entendido pela historiografia como o período que se estende de 1889, ano da proclamação da República, até 1930, momento em que o grupo político de Vargas assume o poder.

¹³ Sobre a utilização do conceito de “Movimento de 1930” em detrimento do tradicional “Revolução de 1930”, vale a citação de ANTUNES (1990, p. 77): “a transição que caracteriza esse período não foi, na verdade,

impedindo a posse do presidente paulista e inaugurando mais uma etapa no processo político da história do Brasil (PESAVENTO, op. cit., p. 89). Deve-se ressaltar que o suporte dado pelos “tenentes” ao movimento dotou o grupo de meios efetivos para dar o golpe.

Existem inúmeras interpretações sobre o Movimento de 30 na historiografia brasileira.¹⁴ Em linhas gerais pode-se dizer que, entre outras características, foi uma reação das oligarquias periféricas que, associadas à insatisfação das camadas médias urbanas e parte considerável do Exército, questionaram a hegemonia do grupo cafeeiro (Ibid., p. 102). Por outro lado, ampliando essa concepção tradicional sobre o acontecimento, 1930 revelou a incapacidade dessa fração de classe no poder em controlar as manifestações de insatisfação dos trabalhadores.¹⁵

Em termos políticos, apesar de Flores da Cunha, que assumiu o governo do Rio Grande nesse momento, estar mais relacionado com os “tenentes” que chegaram com Vargas ao governo, as oligarquias estaduais continuaram, mesmo que divididas, fazendo parte das decisões do poder estadual. Mas e do poder federal? Afinal, um “gaúcho” chegou pela primeira vez à presidência da República, e muitos certamente pensavam que a situação poderia trazer algum benefício para a região. O que se observa é um rumo relativamente diferente.

Na medida em que o Governo Provisório adotou medidas de centralização política, deixou clara a sua intenção de governar o país sem a tradicional negociação com os Estados federados autônomos. Em todas as suas instâncias, o Poder Legislativo foi desfeito; os ex-presidentes dos estados foram afastados – com exceção de Minas Gerais – e, no seu lugar, chegaram os interventores; houve também a instituição do Código dos Interventores, que cerceou em parte a autonomia estadual, sob a justificativa de racionalização administrativa e diminuição da dívida pública (RANGEL, op. cit., p. 56). A insatisfação, como se verá, não tardaria a chegar.

revolucionária, pois 30 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido”. KONRAD (2004, p. 32) também desabilita o conceito de revolução: “utilizo aqui e no restante da tese o conceito de Movimento de 1930, no lugar da tradicional denominação “Revolução de 1930”, por entender que a chegada ao poder da dissidência oligárquica não resultou em mudanças estruturais na forma do capitalismo dependente da formação sócio-econômica brasileira [...]”.

¹⁴ Sobre isso, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano I**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-415.

¹⁵ Para uma análise que vê o discurso criado sobre a “Revolução de 1930” como uma tentativa de ocultar a luta de classes: DECCA, Edgar Salvadori de. A dissolução da memória histórica. In: **1930: O silêncio do vencidos. Memória, história e revolução**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 71-110.

Partindo dessa lógica, PESAVENTO (op. cit., p. 106) ressalta que setores da classe dominante regional (especialmente uma parte dos pecuaristas), “inconformados com a não realização das suas pretensões”, iriam “se voltar contra o poder central, unindo-se aos paulistas num movimento contra-revolucionário em 1932”. Essa ala de oposição que se formava no seio da oligarquia sul-rio-grandense, na qual apareciam figuras como Assis Brasil, Borges de Medeiros e Batista Luzardo, passou a apoiar as exigências de maior rapidez na reconstitucionalização do país, lideradas por facções de São Paulo.

Nesse contexto, Flores da Cunha, em função da sua posição de interventor, ligado tanto aos frente-unistas quanto ao governo central, procurou, até onde foi possível, se manter numa posição equidistante. Essa situação se tornou cada vez mais difícil, porque, nesse caso, Flores prendia-se à sua ligação histórica com Borges, mas, ao mesmo tempo, havia se solidarizado com o Governo Provisório, do qual era representante local e depositário de confiança (TRINDADE, 1979, p. 178). Um dia após a deflagração do movimento em São Paulo, o interventor torna pública sua lealdade ao governo central. Ao adotar esse posicionamento, é acusado pelos frente-unistas de traidor, o que desgastaria sua imagem face à opinião pública.

A insatisfação da oligarquia de São Paulo iniciou com a nomeação de um interventor - João Alberto Lins de Barros - que não pertencia ao PD. A justificativa de Vargas era que a Aliança Liberal havia sido apoiada pelo PD em 1930, mas que esse não havia se envolvido de forma direta nos acontecimentos “revolucionários”.¹⁶ Essa ação teve como resultado o início de uma mobilização por parte da oligarquia estadual em favor de uma imediata reintegração do país em um regime constitucional. Sem condições de governar, João Alberto renunciou em julho de 1931. A partir daí foram vários os nomes que ocuparam a interventoria, e cada ato do governo central repercutia vigorosamente na política nacional. Além do apoio de uma fração oligárquica do Rio Grande do Sul, os paulistas ganharam auxílio de muitos aliados de Minas Gerais.

Como forma de amenizar os ânimos insuflados dos paulistas, Vargas indicou para interventoria do Estado Pedro Toledo e mandou promulgar, em fevereiro de 1932, o Código Eleitoral, que convocava a Assembléia Constituinte. Ainda assim, o movimento continuou. Formou-se a Frente Única Paulista, que tinha como lemas a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo. Em julho o movimento ganhou as ruas, e, no confronto com as

¹⁶ Um breve relato sobre os eventos de 1932, e que será aqui utilizado, pode ser encontrado em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. **Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <http://www-cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos3037/ev_revolu%C3%A7%C3%A3o_const.htm>. Acesso em: 14. dez. 2007.

forças legais, morreram quatro estudantes paulistas. No fim, militarmente, as dissidências regionais aliadas não foram para o enfrentamento militar efetivo, como os paulistas imaginavam, e esses são derrotados, assinando a rendição em outubro de 1932. Demonstrando jogo de cintura, Vargas passou a dar sinais de que estava disposto a contar novamente com os rebeldes ao nomear o interventor paulista Armando de Salles Oliveira, permitindo, também, a renegociação da dívida dos agricultores em crise. Muitos dos revoltosos sul-rio-grandenses acabaram exilados em diferentes locais (Uruguai, Portugal e Argentina), caso de Batista Luzardo, Raul Pilla, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura.

No Rio Grande do Sul, como forma de organizar a oligarquia sul-rio-grandense que ficou ao lado de Vargas, Flores de Cunha fundou, em 1932, o PRL. Na oposição permaneceram outros setores conservadores como o Partido Libertador e o PRR. Porém, como destaca KONRAD (op. cit., 1999, p. 336): “[...] estes que formam a Frente Única Gaúcha (FUG), não deixam de unir-se ao governo contra os “inimigos maiores”, como nos acontecimentos que envolveram a Aliança Libertadora Nacional (ANL), em 1935”.

Embora a participação do Rio Grande do Sul nos acontecimentos de 1932 tenha sido modesta, esses eventos geram importantes transformações no panorama político do Estado. Para TRINDADE (op. cit., p. 181), “o exílio dos líderes frentistas cria um vazio de poder [...]. Esta situação é nova, pois os cortes que anteriormente haviam-se dado no RS eram dentro de apenas um grupo partidário; agora a cisão abarcava todo o sistema partidário”. Já para Loiva Félix (*apud* RANGEL, op. cit., p. 92), partindo dos estudos baseados no Planalto Médio, percebe-se que, em 1932, tornou-se maior a possibilidade real de diferentes autoridades questionarem a figura do “coronel”, desestruturando o histórico mandonismo acobertado pelo governo republicano. A questão que fica, do ponto de vista teórico, é saber se o conceito de *vazio de poder* ainda é válido? Por acaso Flores da Cunha não permaneceu no governo? Não será esse “vazio” outra forma de ocultar uma luta de classes ou intraclasses? As dúvidas permanecem e a segunda questão não deve ser pensada apenas para o contexto aqui discutido.

Voltando ao tema, o PRL possuía algumas características que podem ser destacadas. O seu próprio fundador afirmava em seu discurso que o partido seria a continuidade da Frente Única, pois contemplava tanto as “influências do republicanismo castilhistas”, assim como os “valores melhores do Partido Libertador”. O programa do partido era suficientemente amplo para ser abraçado pelas correntes políticas mais diversas.

Nesse sentido, ocorreram aproximações até mesmo com a Liga Eleitoral Católica, que tinha como objetivo ganhar a simpatia dos colonos italianos da região da serra. Apesar disso, o que transpareceu foi a aceitação da tutela do centro, que era apresentada como

“colaboração” e não como “subordinação”. O partido foi formado, basicamente, por elementos dissidentes do PRR e por ex-integrantes do PL. Socialmente, agrupou setores ligados à agropecuária, ao comércio e a indústria, além de profissionais liberais e egressos das classes médias.

Os representantes da burguesia industrial rio-grandense viam no apoio à situação política, uma oportunidade de se tornarem co-participantes do poder (PESAVENTO, op. cit., p. 109). Durante a campanha de alistamento eleitoral do PRL para a Constituinte, a Frente Única, com a grande parte de seus membros exilados, tentou se rearticular, instalando um congresso em Rivera, Uruguai. Nas eleições estaduais, os resultados foram acachapantes: o PRL ficou com 77,92% dos votos, enquanto a Frente atingiu 22,08% (TRINDADE, op. cit., p. 187).

A constitucionalização do país e a eleição indireta de Vargas para a Presidência da República em 1934 diminuiram momentaneamente a tensão. Todos os líderes exilados foram anistiados e se criaram novas perspectivas na vida política estadual. A mobilização social também aumentou (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 335).

O ano de 1935 ficou marcado pela ativa atuação da ANL no estado. Como consequência, se estabeleceu uma reaproximação temporária de Flores da Cunha com os frente-unistas. Sabe-se também, que não foi apenas o momento de efervescência político-social que o aproximou da oposição, mas também o crescente antagonismo com Vargas, que muito provavelmente, tenha iniciado com a constitucionalização. De acordo com RANGEL, (op. cit. p. 165):

A situação de Flores da Cunha começou a ficar delicada devido a sua constante ingerência nos trabalhos constituintes, surgindo uma forte reação por parte dos paulistas, da FUG, de Góes Monteiro e de Osvaldo Aranha, o que levou Getúlio a sugerir o seu retorno para o Rio Grande do Sul em fins de fevereiro de 1934. O interventor voltou ao seu estado contrariado, pois sabia do forte movimento golpista que setores ligados ao Exército e ao Clube 3 de Outubro¹⁷ estavam articulando em torno do general Góes Monteiro. Ao chegar a Porto Alegre, Flores declarou em tom ameaçador: “Não pretendo ir ao Rio de Janeiro tão cedo. Julgo mesmo que lá só voltarei em duas hipóteses: ou como simples cidadão, despido de qualquer função pública, ou de armas na mão”.

Portanto, fica evidenciado que a relativa autonomia estadual de Flores da Cunha era um obstáculo aos objetivos centralizadores de Vargas. Para esta questão, Getúlio conseguiu

¹⁷ Organização política fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por elementos vinculados ao movimento tenentista, em apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. **Clube 3 de Outubro**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-_historia/htm/anos30-37/ev_clube3.htm>. Acesso em: 14. dez. 2007.

um aliado importante que foi Góes Monteiro, o qual tinha intenções de unificar e controlar o exército nacional, e via, nesse sentido, a Brigada Militar e os Corpos Provisórios¹⁸ de Flores como um empecilho (TRINDADE, op. cit., p. 188).

O projeto de “pacificação do Rio Grande” foi apresentado em 1935, e Flores, Borges e Pilla assinaram o acordo conhecido como “Modus Vivendi”. Esse surgiu como mais uma forma dos grupos dominantes rio-grandenses se articularem no sentido de manter a estrutura do poder vigente (KONRAD, op. cit., 1999, p. 337). A documentação relativa ao acordo sublinhava que: o secretariado do estado deveria ter amplo controle sobre as atitudes do governo; as nomeações referentes aos cargos do setor policial deveriam passar por um processo de consulta antes de serem efetivadas e concedida para uma pessoa “serena e imparcial”; nenhum funcionário público, civil ou militar, poderia ser demitido por motivos políticos. Como define TRINDADE (op. cit., p. 189): “instituíu-se, desta forma, dentro do governo gaúcho, um “parlamentarismo” disfarçado. A fórmula, conhecida como Santos-Pilla, [...] visava retirar algum poder de Flores, que permanecia agindo politicamente como interventor e dar maior possibilidade de participação da oposição na solução dos problemas”. É a partir dessa combinação que alguns políticos da oposição passaram a ocupar cargos no secretariado do governo estadual. Raul Pilla assumiu a Secretaria da Agricultura e Lindolfo Collor a da Fazenda.

No mesmo ano foi criada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, englobando numa mesma pasta os setores comandados pela oligarquia e pelo empresariado industrial, o que dava sentido a um projeto de apoio aos ramos produtivos agropecuários e industrial, assim como ao comércio. Muitas das dissidências e desentendimentos políticos que se deram no interior da classe dominante ocorriam, em maior ou menor escala, em função dos incentivos dados pelo governo de Flores a um ou outro setor. Em linhas gerais, a diferença que se vislumbra entre ambas linhas políticas é que a Frente Única defendia a liberdade das atividades econômicas, enquanto o PRL propunha uma maior intervenção por parte do Estado (KONRAD, op. cit., 1999, p. 339).

A pacificação também criou um campo de manobra maior para as elites sul-rio-grandenses se organizarem diante dos movimentos de oposição radicalizados pelos comunistas ou integralistas (Ibid., p. 337). Para Flores, essa era, além de tudo, uma tentativa de manter-se firme no poder. Do ponto de vista do governo central, a pacificação política

¹⁸ Eram tropas irregulares compostas por civis (antigos “Corpos Patriotas” de 1893), reativadas em 1923 por Borges de Medeiros, e novamente utilizadas por Flores da Cunha através de patrulhas rodoviárias, que tinham como objetivo dar respaldo militar às articulações entre o PRL e o Partido Constitucionalista (PC) de Armando de Salles Oliveira com vistas à sucessão presidencial de 1938.

aparecia como um obstáculo. As ações de Vargas foram ao sentido de provocar uma nova cisão política no Rio Grande do Sul. Por instigação do Presidente, integrantes do PRL – inclusive seu irmão, Benjamin Vargas - desligaram-se do partido, formando uma “dissidência liberal”. Mesmo em dificuldades, Flores se posicionou contra a marcha para a ditadura e acirrou ainda mais as contradições com Vargas.

No plano municipal, de acordo com as informações encontradas em RECHIA (1999, p. 77-79), com o Movimento de 1930 a administração da cidade passou a ser exercida por prefeitos, cujos primeiros representantes foram nomeados a partir de 1932, sendo todos do PRL. Durante os anos aqui discutidos os governantes foram João Antônio Edler¹⁹ (1932-1935), que sucedeu Manoel Ribas, futuro interventor do Paraná, seguido de Amaury Appel Lenz,²⁰ futuro professor de ginecologia da Faculdade de Medicina de Santa Maria e membro-fundador do Rotary Club da cidade em 1934. Foi sucedido por Antônio Xavier da Rocha em 1937.

Com a Insurreição de 1935,²¹ o cerco começou a se fechar no Brasil, tanto politicamente quanto para os movimentos sociais. No momento que se iniciavam os preparativos para as eleições presidenciais, em 1937, três candidatos principais apareceram: Armando de Salles Oliveira, candidato de oposição, Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira (AIB), e José Américo de Almeida, da ala situacionista. O presidente, contudo, alimentava pretensões de continuar no poder e nos bastidores articulava o cancelamento do pleito

Flores da Cunha não receou em manifestar apoio político ao primeiro candidato, gerando ainda maior desconforto com o governo central. Como resposta, Vargas passou a atacar Flores da Cunha num ponto crucial: antes que o governo estadual se preparasse materialmente para enfrentar o fechamento político, o Presidente lhe cortou as suas possibilidades de articulação, nomeando pessoas dos seus interesses para os postos militares

¹⁹ Nasceu em Santo Ângelo em 23 de julho de 1891. Como engenheiro geográfico, confeccionou mapas sobre o Rio Grande do Sul. Depois de se formar, transferiu-se para Cruz Alta, onde foi membro da Comissão Executiva do PRR daquela cidade. Depois veio para Santa Maria, nomeado por Flores da Cunha em substituição ao prefeito provisório Adelardo Soares de Freitas. Assumiu o município em 5 de outubro de 1932, encontrando a sociedade dividida politicamente em virtude das decisões de Flores por ocasião da Revolta de 1932. Renunciou ao governo quando soube que Amaury Appel Lenz se candidataria à prefeitura da sociedade como oposição ao seu nome. Informações obtidas em: LOPES SOBRINHO, Hermeto. **Personagens de nossa história**. Santa Maria: [s.n.], 1995, p. 87-88.

²⁰ Assumiu em setembro de 1935 o governo da cidade após a renúncia de João Antônio Edler, elegendendo-se oficialmente em 17 de novembro de 1935. Concorreu pelo PRL contra Walter Só Jobim da Frente Liberal. Não completou o mandato devido ao golpe de 1937, sendo substituído por Antônio Xavier da Rocha. Idem, p. 89-94.

²¹ Sobre isso ver: CARONE, Edgar. A insurreição de 1935: o assalto ao poder. In: **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991, p. 217-243.

no Estado.²² Além disso, exigiu a devolução dos armamentos cedidos para o Rio Grande do Sul por ocasião dos distúrbios de 1932, federalizando uma das forças mais autoritárias dos republicanos: a Brigada Militar. Num escrito cifrado para Osvaldo Aranha, Flores dizia a esse que achava inútil o trabalho de mediação que procurava fazer com Vargas, pois o recolhimento das armas nos estados eram “simples pretextos ou escapatória para justificar atentados ou represálias àqueles estados que discordaram e ainda discordam da idéia do atual presidente se perpetuar no poder ou impor candidatura da sua algibeira” (*apud* KONRAD, 2004, p. 528).

Vargas passou a buscar apoio para aprovar, em setembro de 1936, a implantação do Estado de Guerra no Brasil, que se justificava pela atuação dos “extremistas” na perturbação da ordem social. Na câmara, a bancada da Frente Única amparou Vargas e votou favoravelmente à medida (que foi aprovada) (*Ibid.*, p. 539). Por sua vez, esses elementos frente-unistas optaram por aceitar o caminho político traçado por Vargas de fechamento do regime, pois viam nessa aproximação um meio de ascender economicamente. Isso demonstrou que, definitivamente, a conjuntura não era favorável aos floristas no Rio Grande do Sul.

Nesse momento, começaram a surgir notícias de que Flores da Cunha poderia sofrer processo de *Impeachment* pela Assembléia Legislativa. Como modo de quebrar o pacto estabelecido com o PRL, a Frente Única “denuncia o não-cumprimento do “Modus Vivendi”, ocasionando o pedido de demissão de Raul Pilla e Lindolfo Collor” (TRINDADE, *op. cit.*, p. 189).

Nesse contexto, a situação se tornou insustentável. Em 19 de outubro de 1937, impossibilitado de reagir, Flores renunciou e fugiu para o Uruguai. No seu lugar foi nomeado como interventor do Rio Grande do Sul o general Manoel de Cerqueira Daltro Filho, que assumiu em 20 de outubro (PESAVENTO, *op. cit.*, p. 114).

Assim, ao aproximar-se a ditadura estado-novista, o quadro político-partidário sul-riograndense se apresentava sob um profundo processo de desorganização, o que desfigurou até mesmo a sua tradicional bipolaridade. Partindo de uma visão ampliada, o que se percebe é que, nesses anos, essa bipolaridade foi marcante, mas nos momentos em que as classes dominantes se sentiram ameaçadas, rapidamente encontravam formas e artifícios de defenderem seus interesses conjuntamente.

Por fim, foi através do “Plano Cohen”, uma suposta tentativa que vinha sendo articulada pelos comunistas para a tomada de poder no Brasil, que Vargas passou a construir o

²² A nomeação de Daltro Filho para o comando da 3ª Região Militar foi um exemplo desse fato.

seu discurso para legitimar um golpe com o intuito de se manter no poder. O tal plano previa a mobilização dos trabalhadores, que promoveriam uma greve geral, incêndios de prédios públicos e eliminação física das autoridades contrárias à insurreição. Fechando um ciclo de acirradas disputas políticas desde 1930, com as mais diversas oligarquias regionais, como as existentes no Rio Grande do Sul, Vargas e seus apoiadores aprovaram o decreto de Estado de Guerra e implantaram, em 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo no Brasil.

1.3. Aspectos Sociais

Os anos trinta foram marcados por intensos momentos de contradições sociais, seja no Rio Grande, seja no Brasil como um todo. Apesar do Movimento de 1930 não ter entre seus personagens principais os trabalhadores, isso não significa que não atuaram ao longo desse momento histórico. CARONE (op. cit., p. 35) ressalta que: “o que se concretiza, no entanto, são manifestações de simpatia a favor das oposições oligárquicas”, mas por terem “simpatia pelos acontecimentos orientados pelas facções da oligarquia”, a classe trabalhadora “não terá um papel condutor neste contexto”. Uma dessas manifestações ocorreu no município de Itaqui (RS), quando, em outubro de 30, os trabalhadores saíram às ruas de armas na mão para lutar contra o governo, ocupando a sede da prefeitura, a central telefônica e algumas empresas. Em tese, os liberais da Aliança deveriam apoiá-los, porém, esses se posicionaram de forma contrária, dando início às mais ferozes repressões aos insurretos: muitos deles foram presos e fuzilados (KOVAL, 1982, p. 252). Também nos estados de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, os operários apelaram para a as armas, apresentando reivindicações que iam muito além dos limites estabelecidos pela Aliança Liberal. Tais tentativas de luta, não por acaso, acabaram sendo reprimidas da mesma forma, posteriormente, pelo governo provisório.

Em primeiro lugar, em relação ao movimento operário pós-1930, que foi referenciado por tanto tempo através do “mito da outorga”, são necessárias algumas considerações. Inúmeras vezes, nos discursos daqueles que integravam o novo governo, tentando romper com o passado, ponderava-se a respeito da nova compreensão que Vargas possuía sobre a “questão social”. Com um jogo de palavras impressionante, sempre tomavam como exemplo o fato de que seus antecessores nunca haviam pensado no trabalhador nacional e que agora a questão social deixaria de ser caso de polícia. Em primeiro lugar, é imprescindível ter claro que no pré-1930 certamente não havia um amplo conjunto de leis que permitissem aos

trabalhadores condições razoáveis de sobrevivência, entretanto, mesmo ainda timidamente e em pequena quantidade, havia sim algumas leis que beneficiavam os operários como, por exemplo, o Decreto nº 1.637, de 1907, que sancionou a primeira Lei de Sindicalização no Brasil; a Lei nº 3.724, sobre Acidentes no Trabalho (1919); o Decreto nº 5.109, que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os ferroviários (1923)²³; o Decreto nº 16.027 que criou o Conselho Nacional do Trabalho (1923), e a Lei de Férias (Decreto nº. 4.982 - de 24 de dezembro de 1925)²⁴ para comerciários e operários, sem contar Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores (Decreto nº. 5.083 - de 1º de dezembro de 1926)²⁵, que estipulava seis horas de trabalho e o limitava para menores de 14 anos. Essas esparsas conquistas significavam o reconhecimento de que a questão operária existia e de que os movimentos dos trabalhadores produziam mudanças. Mas o governo não pressionava para que as leis fossem colocadas em prática e os empresários reagiam. Assim, tal legislação pouco alterou a situação da classe operária, e, como se sabe, a “questão social” era tratada como “caso de polícia”.

No plano da política sindical, a Lei de Sindicalização, de 1931, apontou para a dimensão controladora do governo Vargas. A relativa liberdade de associação existente na Primeira República²⁶ foi cerceada, e estruturou os pilares do sindicalismo no Brasil daí pra frente. Este decreto estabeleceu o controle financeiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e determinou o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Além disso, proibiu o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro das instituições trabalhadoras, negligenciando o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitando a participação de operários estrangeiros nos sindicatos, já que estes formavam uma parte da liderança do proletariado.²⁷ Resumindo, a filiação a um sindicato reduzia as possibilidades de atuação autônoma do trabalhador frente ao Estado, e apesar de não ser obrigatória a entrada, só poderiam recorrer aos órgãos de Justiça existentes aqueles que fossem sindicalizados.

²³ Três anos mais tarde seus benefícios foram estendidos aos trabalhadores das empresas portuárias e marítimas.

²⁴ A primeira tinha como objetivo obrigar os empresários a concederem 15 dias de férias a seus empregados, sem prejuízo do salário

²⁵ Os textos completos das leis podem ser encontrados em: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL. **Legislação federal**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaFormPesquisa.-action>>. Acesso em: 15. dez. 2007.

²⁶ Primeira República é o termo que define o período de 1889, momento de implantação da República no Brasil, até 1930, instante em que Vargas ascende ao poder.

²⁷ No decreto 19.770 constava: “cargos de administração ou representação só podem ser confiados à maioria de brasileiros natos com dez anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitido estrangeiro em número nunca superior a 1/3, e com residência efetiva no Brasil, de pelo menos vinte anos”.

Em segundo lugar, esse mito da “outorga”, fundado pela visão das classes dominantes de então, parecem se reproduzir atualmente em algumas obras historiográficas. Em especial, Ângela de Castro Gomes tem sofrido inúmeras críticas que, de acordo com outros historiadores tem assumido implicitamente o discurso governista e colocado o Estado como agente constituinte da classe operária brasileira no pós-1930.²⁸ Analisando a fundo *A Invenção do Trabalhismo*, de sua autoria, encontra-se de forma muito clara idéias como a de que “o Estado assume o controle da ‘palavra operária’” no pós-30 (1994, p. X), ou então que a partir de 1935 “qualquer tipo de resistência” era “impossível” (Ibid., p. 161); que a repressão ao comunismo a partir de 1935 tornaria inviável qualquer tipo de ação independente da classe trabalhadora (Ibid., p. 161); e por fim, de que se estabeleceu um “pacto” entre governo e operários em 1940: “havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto” (Ibid., p. 164). Como se pode ver, as críticas possuem algum fundamento.

Rompendo com essa visão, o trabalho de Alexandre Fortes recoloca em pauta as diversas estratégias de luta pela efetivação dos direitos por parte do operariado sul-riograndense. Com base em análises desenvolvidas sobre a cidade de Porto Alegre, Fortes revê a questão das sindicalizações, as formas de solidariedade entre os operários, as suas relações com patrões, igreja e partidos políticos, demonstrando os diversos canais pelos quais se construía a identidade operária durante a Era Vargas.

Centrando num ponto crucial, a análise de Diorge Konrad procura dar conta das práticas repressivas que foram exercidas tanto pelo governo de Flores da Cunha como de Getúlio Vargas durante o período de 1930 e 1937. Enfatizando, assim como Fortes, a resistência dos operários no contexto de luta de classes com as oligarquias dominantes, o autor, discordando de determinados trabalhos historiográficos, afirma que “a hipótese central a ser desenvolvida é que após o Movimento de Outubro de 1930, a ‘questão social’, assim como a ‘questão política’, continuaram a ser tratadas como um ‘caso de polícia’” (KONRAD, op. cit., 2004, p. VI).

Nesse sentido, o universo em que a greve ferroviária de 1936 se coloca é extremamente complexo. Desde 1934, na conjuntura do período constitucional, o que se vê é

²⁸ Para as críticas, ver: KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2004, p. 96, e FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2001, p. XXV, e 544-545 (essas últimas páginas tratando da questão conceitual acerca de populismo).

uma relativa abertura para os movimentos sociais que dura até os levantes aliancistas de 1935. Em relação ao Rio Grande do Sul, as reações dos operários frente à nova política social do Estado variaram entre momentos de adesão e de rechaço ao projeto varguista. FORTES (2001, p. 352-353), descrevendo esse momento afirma que:

Inicialmente, os decretos de oficialização dos sindicatos e a vinculação de muitos benefícios à sindicalização geraram uma canalização de esforços para o registro legal ou a criação de entidades e uma expectativa favorável em relação às mudanças nas condições de vida e trabalho que a lei deveria proporcionar. Num segundo momento, o descontentamento com o descumprimento sistemático da legislação provoca duas ondas de greves, a primeira em 1933-1934 e a segunda em 1935. Esses movimentos inicialmente levaram à exposição das contradições existentes no projeto corporativista, e abriram espaço para que as organizações de trabalhadores se afirmassem como atores no novo cenário, mas sua evolução foi posteriormente cortada, de forma violenta, pela repressão e pela intervenção nas entidades sindicais. Desta evolução das lutas operárias no período pode-se concluir que a ênfase geral da estratégia desenvolvida pelo sindicalismo no estado estava na efetivação, ampliação e universalização dos direitos assegurados em lei e da preservação de um papel autônomo na defesa de interesses de classe para o sindicato, apesar de sua oficialização.

A citação acima menciona que todo o conjunto de leis que iam sendo implementadas naquele instante foi fruto das reivindicações históricas dos trabalhadores. Como se vê, se houve por parte do governo uma tentativa de limitar a autonomia das organizações sindicais, de outra parte, houve um reconhecimento legal de uma luta que se desenvolvia desde os primórdios da República. Portanto, as relações entre o Estado varguista e a classe trabalhadora, sem perder de vista a luta de classes, não podem ser interpretadas somente a partir do “enfoque opressor-oprimido”, na qual o “Estado, todo-poderoso (quase totalitário), pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo assim uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes” (FERREIRA, *op. cit.*, p. 94), ou então, caindo em outro extremo, entendidas somente a partir de uma concepção em que as instituições responderam perfeitamente à todas as necessidades operárias nos anos trinta e quarenta. O cenário é muito mais complexo e se constrói em cima da realidade em que está colocado, se faz entre avanços e rupturas, conquistas e derrotas.

Nesse sentido, as linhas e atuação dos trabalhadores nesse momento eram diversificadas. A lenta difusão da matriz teórica marxista; o socialismo difuso, muito próximo do positivismo cientificista; o circulismo, profundamente ligado à Igreja católica; o trabalhismo, entendido como uma forma de atuação que não ultrapassa os limites propostos pelo Estado; o anarquismo, já sem grande representatividade no seio do operariado, etc., são algumas das correntes de pensamento que permeavam os grupos proletários de então. Os

próprios entendimentos da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS) sobre como se portar com relação ao Estado demonstram a dinâmica das mudanças ideológicas no movimento operário sul-rio-grandense.²⁹

A FORGS foi fundada em 1906 e se manteve sob influência hegemônica anarquista até o fim dos anos vinte. Reorganizada em fevereiro de 1933, em função do decreto 19.770 que dispunha sobre a nova lei de sindicalização, a nova Federação passou a congregar vários sindicatos da capital e do interior, tendo como princípio cumprir fielmente os dispositivos da lei vigente. Assim, adotou então uma linha abertamente favorável à organização trabalhista proposta pelo governo central.

Depois do fim das expectativas quanto à aplicação das leis trabalhistas, em 1934, em Congresso promovido pela entidade, ela restabeleceu o princípio da luta de classes. Para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano, foi fundada pela Federação a Liga Eleitoral Proletária (LEP), que indicou alguns candidatos classistas para a Câmara e para a Constituinte Estadual, com um programa centrado nas orientações revolucionárias do Partido Comunista do Brasil (PCB). Depreende-se disso que, usando com exemplo a FORGS, não há um só caminho a ser seguido pelos trabalhadores, e que esse posicionamento se forma com base na conjuntura histórica do momento. A FORGS acabou sendo fechada em 1935 pela série de greves que foram irrompidas no Rio Grande, entre têxteis, metalúrgicos e ceramistas (LUCAS, 1981, p. 153).

Em julho do mesmo ano, em Porto Alegre, instalou-se, sob orientação do PCB, a Aliança Nacional Libertadora,³⁰ que tinha como principais objetivos combater o fascismo (representado pelo crescimento da AIB³¹) e o imperialismo no Brasil, dando seguimento a uma tendência mundial. A ANL congregava correntes de comunistas, socialistas, "tenentes", liberais e católicos e pregava, além do que já foi dito, a formação de um governo de caráter popular nacional-revolucionário, a defesa da reforma agrária e da democracia, bem como a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira. Assim como a AIB, transformou-se num grande movimento de massas. Em termos de posicionamento, colocava-se em confronto com Vargas, e teve como um dos seus principais líderes o sul-rio-grandense Luiz Carlos

²⁹ Descrições mais detalhadas sobre o tema podem ser encontradas em: LUCAS, Maria Elizabeth. Legislação social e independências ideológicas no movimento operário gaúcho (1930-1937). In. **Estudos Ibero-Americanos** - O processo revolucionário de 1930. v. VII, ns. 1-2. Porto Alegre, Ed. da PUC-RS, 1981.p, 149-158.

³⁰ Essa organização política de âmbito nacional foi fundada oficialmente em março de 1935, no Rio de Janeiro.

³¹ Para conhecer a história da AIB no Brasil ver: CAVALARI, Rosa Maria. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

Prestes, ícone do movimento tenentista e, agora, dirigente comunista, então escolhido como presidente de honra da organização.

Do outro lado estavam os integralistas da AIB, que possuíam o costume de realizar grandes desfiles onde seus integrantes usavam as famosas camisas verdes. Historicamente, em várias manifestações ao ar livre houve confronto direto com os comunistas. No plano da crítica ao governo Vargas, o posicionamento oscilava, sendo ora de reprovação, ora de aplausos. As reprovações se restringiam a criticar o caráter liberal de algumas medidas tomadas por parte do governo, e as aprovações eram dadas quando do combate aos comunistas.

O clima de tensões ideológicas, principalmente devido ao aumento organizacional dos aliancistas, determinou que o governo decretasse em abril de 1935 a chamada “Lei Monstro”, ou Lei de Segurança Nacional, promovendo o fechamento da ANL.

No final de 1935, a ANL, sob liderança de Prestes, promoveu uma Insurreição Comunista através dos quartéis que resultou num enorme fracasso. Devido a dificuldades de comunicação entre os seus integrantes, o governo conseguiu facilmente dominar a situação, iniciando, a partir daí, uma intensa repressão contra os mais diversos grupos de oposição ao governo.

O ranço comunista que se criou entre algumas parcelas da sociedade brasileira, também teve reflexos na cidade de Santa Maria. Logo após os levantes aliancistas são quantidades enormes de artigos que podem ser encontrados nos jornais *A Razão* e *Diário do Interior* contra o comunismo como elemento desagregador da família, da moral e da ordem social. Até mesmo práticas de vandalismo que foram cometidas contra o Monumento ao Ferroviário em janeiro de 1936, construído como forma de homenagem aos trabalhadores da Viação pelo governo de Flores da Cunha, foram interpretadas como sendo atitudes “comunistas”. Assim como hoje muitas ações são atribuídas aos “terroristas”, de forma semelhante se fazia com os comunistas nesses tempos, como demonstra esse caso.

O perigo era tão eminente para alguns setores das classes dominantes que, em momentos de ameaça real como essas, as suas dissidências internas logo se desfaziam como forma de protegerem o seu poder político. No Estado, a “pacificação do Rio Grande” também foi promovida tendo como uma de suas justificativas a defesa dos ataques extremistas. Para além dessas dificuldades, o operariado enfrentou a sistemática atuação dos Círculos Operários, que buscavam, dentro dos limites do catolicismo, enquadrar os trabalhadores dentro de uma concepção onde a harmonia de classes era o fundamento. Isso acabava por

impedir uma maior conscientização dos operários no que diz respeito à luta entre capital e trabalho (KONRAD, op. cit., 1999, p.341).

Com as pressões aumentando de lado a lado e a aprovação do Estado de Guerra no Brasil, em março de 1936, o regime mostrou a sua face mais repressiva e abriu caminho, depois de eliminar boa parte de seus opositores, para a marcha da ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Desse processo de contradições dos anos trinta, evidencia-se que parte do proletariado sul-rio-grandense teve intensa atividade, que foi marcada por rupturas, acordos e resistências, mas que, no fim, devido principalmente à feroz repressão dos anos 1935-1937, foi fortemente desmobilizada.

CAPÍTULO II

1936: A GREVE FERROVIÁRIA EM SANTA MARIA

Como afirma HOBBSAWM (1987, p. 28), “a história operária é parte da história da sociedade”. Ele, assim como Thompson e outros, contribuiu de forma decisiva para que a história da classe operária deixasse de ser uma expressão abstrata para tornar-se a história da experiência vivida por homens e mulheres reais. Nesse sentido, o intelectual inglês foi um dos que abriu caminho para os trabalhos preocupados em estudar a classe operária sem reduzi-la apenas às suas lideranças ou às suas expressões organizadas (sindicatos ou partidos).

O sentido deste capítulo tem como base esse princípio. Seu objetivo é resgatar o movimento grevista ferroviário de 1936, iniciado em Santa Maria, apontando para as suas relações com o cenário político (que será retomado em alguns momentos) e religioso dos anos trinta, atrelando a isso algumas reflexões sobre a atuação das mulheres nesse processo. Ultrapassando os limites da pesquisa tida como “tradicional”, isto é, o estudo das greves, tenciona-se avançar para o campo das relações de gênero, e das manifestações religiosas, tendo como horizonte final, a busca por uma melhor compreensão do movimento grevista ferroviário de 1936.

2.1. Positivismo e Política

Historicamente, as greves sempre foram um importante instrumento de luta dos trabalhadores na reivindicação de seus direitos e na busca por melhores condições de vida.³² O caso aqui estudado será a greve ocorrida no ano de 1936, em Santa Maria, e que se alastrou pelo Estado, promovida por empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, durante o governo estadual de Flores da Cunha.

Como primeiro passo para se compreender esse acontecimento, é importante destacar o marco temporal de 1930, momento no qual o grupo político de Getúlio Vargas assumiu o

³² Uma compreensão mais teórica sobre greves é possível ver em: CASTRO, Pedro. **Greve: fatos e significados**. São Paulo: Ática, 1986.

poder em nível nacional por meio de um Governo Provisório, e formalizou uma legislação social que irá afetar diretamente a vida dos trabalhadores no país. Nos anos anteriores a trinta, não havia um reconhecimento “oficial” por parte do Estado brasileiro em relação à classe operária. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, teve como objetivo canalizar todo um universo de expectativas resultante do processo de industrialização, estabelecendo um padrão único de sindicalismo oficial e, por outro lado, respondendo objetivamente a algumas demandas do operariado nas primeiras décadas do século XX. Como afirma ANTUNES (1990, p. 78), esse último aspecto “[...] inegavelmente correspondeu - ao contrário do decantado "mito da outorga" - a uma luta da classe operária, especialmente desde a segunda década do século 20, visando à constituição dos direitos fundamentais do trabalho”.

A partir dos decretos 19.770, de 19 de março de 1931, e 24.694, de 12 de julho de 1934 organizou-se a nova estrutura sindical brasileira. A análise de ambos permite vislumbrar traços de uma tradição política de pensamento oriunda do republicanismo sul-rio-grandense. Lindolfo Collor, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, peças importantes do novo governo que se instalava, construíram suas linhas de pensamento sob a forte influência da doutrina positivista, que orientou os republicanos sul-rio-grandenses ao longo dos seus mais de quarenta anos de poder no estado.

Tradicionalmente, o positivismo tem como seu principal intelectual o francês Augusto Comte (1789-1857), que formulou suas idéias dentro do contexto cientificista e racionalista do século XIX. Ao pensar a sociedade, Comte a comparava com um organismo vivo, cujas diferentes partes trabalhavam em função da harmonia do todo. Portanto, assim como qualquer organismo, um desequilíbrio sofrido pela sociedade só é remediado de forma lenta e gradual, e nunca de modo violento ou radical. Essa harmonia só poderia ser atingida com o fim da luta de classes ou com a diminuição da tensão existente na relação entre capital e trabalho. Por fim, o proletariado deveria então ser incorporado à sociedade moderna, pois como ente social, ele também seria parte integrante do todo, e deveria colaborar para o seu constante progresso. Este princípio aparece claramente no Capítulo I, artigo 2º (Decreto de 1934), que conceitua os sindicatos como órgãos “de *colaboração*, com o Estado, no estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionarem com os interesses da profissão”.

A figura do Estado também surge como elemento central do pensamento positivista; a representação do “todo” se dá através dessa instituição. O homem, que jamais existe individualmente, deve viver então para ajudar o próximo. No discurso de posse de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, esse ponto ficou evidente:

A regularização jurídica das relações entre capital e trabalho obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental de colaboração de classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalista, que possa pretender que os seus direitos valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes (CARONE, 1982, p. 133).

Como se vê, a presente concepção posicionava-se radicalmente contra ao individualismo predominante das teorias liberais. A experiência grevista ocorrida no Rio Grande do Sul, em 1917, demonstrou como essa questão surgia no discurso político do PRR: “a greve, a suspensão temporária do trabalho, é sempre um recurso legítimo de reivindicações quando tem um fim justo, razoável e proporcionado às condições gerais do meio e do momento” (*apud* PINTO, 1986, p. 66). Em contrapartida, sendo o Estado a instituição responsável pela ordem social, os funcionários públicos inicialmente não eram considerados como empregados. A justificativa para tal fato era a de que os trabalhadores do serviço público exerciam tarefas de interesse coletivo, que se sobrepunha hierarquicamente aos desejos individuais. E é dentro dessas condições que a greve ferroviária de 1936 deve ser entendida.

2.2. O Desenrolar do Movimento Grevista

Como ressaltam PETERSEN e LUCAS (op. cit.,1992, p. 335): “à euforia dos anos 1931-1933, gerada pelas perspectivas de cumprimento das leis sociais [...], seguiu-se a frustração dos anos 1934-1935 diante da resistência patronal [...] e o repúdio à sindicalização oficial”. Mesmo assim, desde 1930 o apoio dos trabalhadores ferroviários ao governo do Estado havia sido muito marcante.

Ainda no ano de 1934, o governo Flores da Cunha havia proposto aos operários da Viação Férrea, a divisão de 30% dos lucros líquidos que fossem captados ao longo do ano. Em 7 de fevereiro de 1936, o inspetor do Tráfego da Viação Férrea em Santa Maria, Adhemar Moreira, recebeu um telegrama de Celso Pantoja, diretor geral da Estrada de Ferro, em que este comunicava a suspensão da gratificação referente ao ano de 1935. Obedecendo à

hierarquia administrativa, Adhemar Moreira afixou a circular³³ em todos os departamentos da Viação Férrea, com o objetivo de informar o fato aos operários. Entre as justificativas ali expostas estava a de que, apesar dos vultosos lucros (10 mil contos de réis) obtidos naquele ano, a Viação teria um grande número de despesas com os diversos investimentos que haviam sido feitos, os quais, portanto, seriam pagos com os valores da gratificação.

De acordo com o jornal *A Razão* de 9 de fevereiro de 1936, um empregado da seção de carpintaria das oficinas do Km 3, ao ler a circular acabou se irritando e arrancando o quadro fixado na parede³⁴ com as informações sobre a suspensão do benefício, atirando-o ao chão e rasgando o folheto. No dia 8 (sábado), o delegado de polícia Aníbal Barão recebeu a informação de que um pequeno número de operários das oficinas do Km 3 havia se declarado em greve, e que por volta das catorze horas teriam abandonado o serviço, retirando-se pacificamente das oficinas.

Querendo tornar claro aos outros ferroviários o seu ato, o grupo de grevistas dirigiu-se para seção de motores e solicitou que o encarregado dos motores fizesse as máquinas apitarem, dando o sinal de alarme a fim de cessar o serviço nas oficinas. Após a negativa do operário, o próprio grupo responsabilizou-se por soar o alarme. Não houve nenhum ato de violência, nem de tentativa de “perturbação da ordem”. De acordo com as declarações de Josué Scott Peres, secretário das oficinas, não se ouviram palavras de incitamento dos grevistas aos seus colegas para aderirem ao movimento. Numa das notícias do jornal, menciona-se que inicialmente a paralisação contava com aproximadamente setenta homens. Apesar disso, o primeiro dia de protestos não causou maiores transtornos às linhas de tráfego.

Ao terem conhecimento do ocorrido, os altos funcionários da Viação tomaram as providências que concluíram necessárias, “e determinaram a abertura de um rigoroso inquérito, para apurar quais foram os cabeças do movimento e as causas”.³⁵ No impresso

³³ O conteúdo da circular era o seguinte: A todo pessoal. Em face dos grandes melhoramentos de que tem sido adotada a Viação Férrea, ao assumir a sua direção existia o déficit de 36.903:206\$030, até abril de 1935, na conta "Fundo de Melhoramentos" e a insuficiência financeira era representada por 2\$.600:000\$000. Com as medidas de grande restrição das despesas e com o argumento crescente da receita, tem sido possível atenuar grandemente a situação financeira que tende para um perfeito equilíbrio. Antes disso, porém, não é possível a esta diretoria propor ao exmo. governador do Estado qualquer gratificação ou aumento de vencimentos ao pessoal. O saldo de custeio do ano findo, de cerca de 13.000 ainda não é suficiente para satisfazer o déficit acima referido. ‘Nestas condições, não dispondo a Viação Férrea de recursos para o pagamento da gratificação, espero que os ferroviários compreendam a impossibilidade em que se acha esta diretoria de ir ao encontro de seus justos anseios de uma melhoria de situação e aguardem confiantes a ação de seus dirigentes. Qualquer agitação da classe nesse sentido e nenhum benefício poderá trazer, será extemporânea e poderá mesmo acarretar perturbações à boa marcha dos serviços. ‘Aconselho, pois, aos ferroviários a aguardar a ação do governo do Estado, sempre pronto a amparar as justas aspirações da classe. Saudações. Celso Pantoja’ (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13. fev. 1936. p. 11).

³⁴ Parede significa greve.

³⁵ *A Razão*, Santa Maria, 09 fev. 1936, p. 1

aparecem inúmeras declarações de descontentamento dos operários, que contavam com a gratificação para pagar algumas dívidas contraídas no final do ano. O chefe das oficinas do Km 3, João Luciano Varella (José João Vareja?), assim que soube da notícia da greve, procurou os ferroviários no sentido de tentar persuadi-los a abandonar aquela atitude. Não obtendo êxito, mandou que suspendessem os grevistas do serviço.

A polícia também não perdeu tempo, e destacou forças da Brigada Militar, “de armas embaladas”, em diversos pontos ferroviários. O delegado Aníbal Barão, acompanhado do coronel Aníbal Quites, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, e do senhor Celso Orenge, escrevente da delegacia, dirigiram-se ao local onde se sucedia o movimento. Após a chegada, uma escala da Brigada ficou responsável pelo serviço de vigilância. Também foram destacadas forças para guarnecer o Km 2 da linha da Fronteira, os diversos pontilhões existentes nos arredores da cidade e a Ponte do Quilômetro 12 da linha da Serra. A primeira impressão das autoridades era que o movimento ficaria circunscrito à cidade de Santa Maria.

Já no final da tarde, a delegacia de polícia havia determinado diversas prisões com o objetivo de esclarecer quem eram os responsáveis pelo fato ocorrido no Km 3. Entre os mais procurados estava o empregado que quebrara o vidro com a circular no dia anterior. O fato de as greves estarem proibidas no território nacional desde a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 1935, e a rápida ação da polícia em relação ao movimento de greve, dão indícios sobre o caráter autoritário do governo de Flores de Cunha.

Bem antes dele, ainda em 1892, tem início a montagem de um poderoso aparato militar por parte do Estado sul-rio-grandense. Nesse sentido é importante assinalar que no cenário político de então, havia uma oposição política ferrenha aos republicanos, e a criação de instrumentos de defesa era imprescindível para o PRR, não só para os enfrentamentos políticos como também para pôr em prática outro fundamento da doutrina positivista: manter a ordem social. No discurso perrepista, os federalistas constantemente apareciam como uma ameaça estrangeira, e como forma de se proteger dessa ameaça, justificavam-se as grandes quantias investidas na ampliação do contingente da Brigada Militar. Como destaca PINTO (op. cit., p. 29): “a Brigada não existia para agir contra o povo rio-grandense, mas, ao contrário, para protegê-los dos invasores”. Evidentemente, não é isso que se observa na prática. Aníbal Barão, depois de determinar as prisões dos grevistas, procurou informar as autoridades superiores através de Darci Azambuja, secretário do interior, o qual repassou a notícia ao governador Flores da Cunha, que naquele momento encontrava-se em Uruguiana,

ao chefe de polícia do estado, Poty Medeiros, e ao coronel e sub-chefe de polícia da região, Vitor Dumoncel Filho.

Entre os dias 9 e 10, um movimento que parecia fracassado no seu princípio, atinge o número de aproximadamente mil ferroviários em greve. Na tarde do dia 10, apenas cinquenta operários apareceram no trabalho, e nessa mesma tarde já tinham sido encarcerados outros cinquenta grevistas. KONRAD (2000, p. 121) afirma que “a chamada questão social realmente deixou de ser caso de polícia apenas para aqueles que passavam a apoiar as medidas do governo”. Percebe-se ainda mais: os ferroviários, que gozavam de grande respeito por Flores da Cunha, não estavam livres da repressão.

Em função da repercussão que a greve obteve, Celso Pantoja viajou até Santa Maria com a intenção de ficar mais próximo dos acontecimentos. A prisão de alguns trabalhadores, que mais tarde seriam remetidos à Porto Alegre, foi gerando “um movimento de contrariedade no seio da classe ferroviária”. Ainda na manhã de domingo (9 de fevereiro), Pantoja dirigiu um apelo escrito aos ferroviários de Santa Maria.³⁶ Entre 11 e 12 de fevereiro a greve se expandiu para outros pontos do Estado como Gravataí, Porto Alegre, Bagé e Pelotas.

No fim da tarde de segunda (10 de fevereiro), o advogado Camerino de Oliveira afirmava à imprensa da cidade que havia sido procurado por um grupo de ferroviários, que lhe consultaram sobre a possibilidade de impetrar uma ordem de *habeas-corpus* em favor dos detidos. No fim da noite, um operário foi à sua casa avisar que haviam desistido da ação, pois “parecia que a polícia estava com intenção de pôr em liberdade os grevistas presos”. No jornal *A Razão* do dia 11, a notícia se confirmava: “cerca de quarenta grevistas foram postos em liberdade ontem. Seis outros continuam presos, sendo que dois recuperarão a liberdade hoje”.³⁷ No fim, nove grevistas acabaram embarcando para Porto Alegre, e os outros, que ficaram na cidade, foram alvos de interrogatório por parte do delegado.

Com a libertação de alguns trabalhadores, começaram os entendimentos para o fim da greve. Um grupo de ferroviários procurou Aníbal Barão no sentido de buscar uma solução definitiva para a questão. Os advogados Camerino Teixeira de Oliveira, Augusto Mena

³⁶ O apelo está no jornal: *A Razão*, 10. fev. 1936, p. 1: “Aos operários das oficinas de Santa Maria. Concito a todos os operários que abandonaram precipitadamente o serviço, voltar hoje a hora regulamentar ao trabalho. Não há motivo real para a atitude tomada, pois a grande maioria foi surpreendida pelo gesto injustificável de um reduzido grupo de maus elementos. O trabalho em todas as oficinas será plenamente garantido, bem como serão patrulhadas as zonas de habitação dos operários que terão assim completa garantia e segurança de movimentos. As oficinas do Km 3 estão em pleno funcionamento assim como os demais serviços em toda a Viação Férrea. O governo do Estado e a Direção da Viação Férrea tomarão todas as providências para apurar as responsabilidades por esse ato irrefletido que vem trazer a intranquilidade do sempre dedicado e disciplinado operariado da Viação Férrea. Celso Pantoja. Diretor Geral. 10 de fevereiro de 1936”.

³⁷ *A Razão*. 11. fev. 1936. p. 5.

Barreto, Fábio Menezes de Moraes e Vinício Segala, como representantes legítimos dos ferroviários, foram solicitar ao delegado uma licença para a realização de uma reunião, na qual se estudariam formas de por um fim ao movimento paredista.

De acordo com o jornal *Diário do Interior* de 12 de fevereiro, a reunião ocorreu às 19h30min do dia 11, na sede da Sociedade Recreativa 21 de Abril, no atual bairro Itararé. Nela compareceram aproximadamente mil operários, sendo alguns grevistas e outros não-grevistas. A presidência dos trabalhos ficou por conta do deputado Xavier da Rocha. Na conversa foi escolhida uma comissão composta pelos ferroviários Carlos Neujhar, Thimoteo Bueno, Aristides Lemos, Adão Martins, Nativo César e Pedro Leão. Esses ficaram incumbidos de, juntamente com os advogados, formular um documento detalhado com as exigências dos trabalhadores, a ser apresentado no dia seguinte ao diretor Celso Pantoja. Em resposta, Pantoja afirmou que: “a Viação Férrea está disposta a estudar com boa vontade os itens que lhe forem apresentados pelos grevistas, por intermédio da comissão de advogados, desde que os paredistas retornem ao trabalho” (*A Razão*, 12 fev. 1936, p. 4).

Ao se fazer uma análise sobre a cobertura jornalística da cidade em relação ao movimento grevista, salta aos olhos a importância dada, tanto pelo jornal *A Razão* como também pelo *Diário do Interior*, ao modo *ordeiro* como se sucedia todo o processo. Simplesmente em todas as edições que se teve acesso, é possível observar menções que destacam essa característica: “todas as discussões foram superiormente orientadas não havendo a menor alteração da *ordem*” (*A Razão*, 12. fev. 1936, p. 4); “não mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, retirando-se, todos, dentro da maior calma e *ordem*” (*Diário do Interior*, 12. fev. 1936, p. 4). Esse dado certamente não parece ser casual, pois a palavra ordem procurava afastar qualquer possibilidade de ações “extremistas” ou “subversivas”.

Voltando à greve, entre os itens formulados no documento estavam três: “liberdade imediata para todos os ferroviários presos; estabelecimento imediato de oito horas de trabalho diário; pagamento das gratificações de 1935 no prazo de quinze dias” (*A Razão*, 12. fev. 1936, p. 4). No dia 13, o governador Flores da Cunha chegou à Santa Maria afirmando que mesmo que a greve de funcionários públicos fosse proibida, pois subvertia, “de forma inadmissível”, a ordem política, não deixaria de reconhecer “a necessidade de conceder-lhes uma melhoria de vencimentos”. A forma com que o governo se colocava na questão atual, se assemelhava fortemente ao posicionamento de Borges de Medeiros em relação à greve de 1917. Ambas legitimavam as reivindicações, desde que fossem feitas dentro dos limites da ordem. Na nota oficial emitida pelo governador essa interpretação fica clara:

O ponto de vista em que se coloca o governo em relação aos acontecimentos verificados na Viação Férrea é o de que aos funcionários públicos não assiste o direito de greve. Parte integrante que são da administração do Estado, considera inadmissível subversão da ordem política o pleitearem eles, por modalidades coercitivas, quaisquer reivindicações ou regalias a que por ventura se julguem com direito. Admitir o contrário equivaleria ao absurdo de considerar legítima uma luta de determinados elementos constitutivos do *Estado contra o próprio Estado*. [...] O governo não desconhece, até certo ponto, principalmente em relação aos funcionários de categoria mais humilde, a necessidade de conceder-lhes uma melhoria de vencimentos. Por isto, apesar de ser o governo estadual um administrador de um próprio federal, como é a Viação Férrea, obrigado à observância de cláusulas que não lhe permitem a distribuição de gratificações sem rigorosa atinência aos compromissos que o oneram, está disposto a encontrar solução equitativa, que atenda às reclamações que forem justas e possam ser deferidas dentro das exigências contratuais (*Correio do Povo*, 13. fev. 1936, p. 11) [grifo nosso].

Com base na nota citada acima, percebe-se um dos princípios doutrinários do partido, que defende, em primeiro lugar, a figura do Estado, como elemento de equilíbrio social e, portanto, responsável pela busca de soluções dos problemas operários, desde que esses não tomem atitudes extremistas, que subvertam a hierarquia existente.

Na sua passagem pela cidade, Flores da Cunha reuniu-se com uma comissão de grevistas e prometeu-lhes autorizar a concessão de 50% das gratificações correspondentes ao ano de 1935, deixando os outros 50% a cargo de uma resolução do Legislativo Estadual, que debateria o tema na sua próxima reunião extraordinária.

Ao voltar para Porto Alegre, o governador recebeu um telegrama do Major Barbosa, diretor do Rotary Club de Santa Maria, participante da assembléia grevista, que o notificou da aceitação da proposta por parte dos funcionários da Viação. Antes de aceitá-la, os ferroviários foram atrás de opiniões de outros advogados que lhes eram de confiança, como Fernando do Ó, que deu um parecer positivo sobre a mesma, indicando-lhes a aceitar a oferta do governo estadual. Em 13 de fevereiro os ferroviários voltaram ao seu trabalho tendo a promessa de Celso Pantoja de que “o regime de oito horas de trabalho já estava sendo estudado e será posto em prática em breves dias” (*Correio do Povo*, 14. fev. 1936, p. 14).

Os trabalhadores que estavam presos na Casa de Correção de Porto Alegre (Horizontino Marques da Silva, Janet Rodrigues de Menezes, Guilhermino Sá, Mário Presa, Dorival Godói, Orivaldo Machado Soares, Pedro Gonçalves e Otacílio Charão), foram levados à presença do governador na manhã do dia 13, e, mais tarde, soltos. No mesmo dia, voltaram à Santa Maria.

2.3. Influência do Positivismo no Movimento Operário Sul-Rio-Grandense

Como já foi possível observar, o positivismo como doutrina teórica orientou a ação política de praticamente todos os governadores rio-grandenses que estiveram no poder estadual desde 1892 até, no mínimo, 1937, seguindo ainda muito além desse período. Esse dado tem de ser levado em conta na análise do movimento operário gaúcho, sobretudo quando se considera que matrizes teóricas, como o próprio marxismo, demoraram a ser difundidas e compreendidas de maneira adequada por parte dos trabalhadores.

No caso dos anarquistas, o positivismo aparece claramente nos escritos de Bakunin, como também de Kropotkin, dois dos pensadores mais importantes dessa corrente. Em *Deus e o Estado*, de 1882, Bakunin afirma: "a experiência e a observação das coisas e dos fatos, constitui a única base séria dos conhecimentos humanos" (2002, p. 12). Ao comentar o pensamento comtiano, João Ribeiro Jr destaca que o fundamento dessa construção teórica era a "certeza rigorosa dos fatos de experiência" (1982, p. 14). Portanto, os princípios positivistas, mesmo sendo construídos a partir de interesses da sociedade industrial burguesa do século XIX, influenciaram decisivamente até mesmo aqueles que procuravam por abaixo essa mesma sociedade, a exemplo de Bakunin.

A confusão teórica, dessa forma, não é uma particularidade do operariado nacional na recepção das idéias estrangeiras. O marxismo, como doutrina que prega a participação dos trabalhadores nas esferas políticas, só foi ter maior relevância dentro da classe operária brasileira a partir dos anos 30, mas jamais se tornou pensamento único (MORAES; FILHO, 2003, p. 51). Apesar de os ferroviários não possuírem uma orientação essencialmente comunista, esta greve representava, na realidade, um dos primeiros questionamentos "da política social do governo pós-30" (KONRAD, op. cit., 2004, p. 435). Flores da Cunha já destacava que seria "absurdo [...] considerar legítima uma luta de determinados elementos constitutivos *do Estado contra o próprio Estado*".

O caráter da greve não ultrapassou as exigências econômicas (KONRAD, loc. cit.) estando entre elas o pagamento da gratificação, o aumento de salários e a jornada de oito horas de trabalho. Nas declarações dos grevistas, o discurso da ordem é profundamente marcante. Ao que parece, grande parte de seus líderes também via o comunismo como doutrina extremista, o que se coadunava perfeitamente com as diretrizes do governo em nível estadual e nacional, e abria um importante canal de diálogo entre ambos. Na entrevista cedida

ao jornal *A Razão*, após voltar de Porto Alegre, o ferroviário Otacílio Charão, comentando sobre a conversa que os grevistas tiveram com Flores da Cunha, declarava:

Nessa ocasião - diz o sr. Otacílio Charão - o general Flores da Cunha lembrou o papel saliente que os ferroviários tiveram nas revoluções de 30 e 32. Acentuou que efetivamente os seus vencimentos eram poucos e que sempre olhou com carinho a situação dos ferroviários.

Mais adiante - é o sr. Otacílio Charão quem fala - o general Flores da Cunha declarou que a greve teve o seu apoio visto ter se processado pacificamente e que as pretensões dos grevistas eram justas. Mas se, ao contrário, a greve tivesse *indícios comunistas* ou terroristas mandaria acabar com o movimento usando de toda a energia (*A Razão*, 15. fev. 1936, p. 6) [grifo nosso].

Em novembro de 1935, Vargas já havia passado pela experiência da Insurreição Comunista, e já contava com um importante instrumento de coerção criado no mesmo ano: a Lei de Segurança Nacional, na qual se formalizava a proibição das greves no setor público e assegurava o Estado de Sítio. Nas palavras de Vargas, a melhor forma de garantir os direitos operários é “transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e Família” (CARONE, op. cit., 1982, p. 143). Pode se verificar, também, a insegurança causada pelo comunismo na fala de Flores da Cunha ao chegar em Santa Maria:

Confesso que quando deixei Uruguaiana foi com a preocupação de que o movimento teria sido instigado por elementos comunistas, o que me levou então, a pensar, durante a viagem, a pôr em prática medidas enérgicas, pois repito que no Rio Grande do Sul, custe o que custar, não hei de deixar que medrem as idéias do bolchevismo (*Correio do Povo*. 13. fev. 1936, p. 16)

Na declaração dos operários Arthur Cabral e Catulino Carneiro ao jornal *Correio do Povo*, observa-se como era concreta a noção de que o governador do Estado é “amigo” dos trabalhadores:

Todo o pessoal retornou ao trabalho sendo acolhido com bastante simpatia pelos chefes de vários departamentos da Viação Férrea. ‘Dada a simpatia geral com que foi encarado o movimento, todos se mantiveram na mais perfeita ordem e respeito, motivo porque já ontem pela manhã os serviços decorreram regularmente. ‘O pessoal com quem temos estado em contato se mostra confiante na palavra do general Flores da Cunha que, aliás, sempre se mostrou *amigo* de nossa classe. ‘ Assim, nossos colegas esperam que dentro de breves dias sejam satisfeitas as suas aspirações, que, sem dúvida são justíssimas, como reconheceu o próprio general Flores da Cunha para dar termo à greve (*Correio do Povo*, 14. fev. 1936, p. 14) [grifo nosso].

Verifica-se aí um excelente exemplo de “harmonia social”, outro princípio da doutrina positivista posto em prática e efetivamente absorvido pelos trabalhadores ferroviários. Como diz Benito Schmidt:

[...] é preciso assinalar igualmente que o pensamento de Comte, com suas variações, penetrou na realidade gaúcha por outros caminhos, sobretudo pela ação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tal partido, hegemônico no Rio Grande do Sul ao longo da I República, tinha como base doutrinária uma versão própria do positivismo, o castilhismo (por alusão ao presidente do Estado Júlio de Castilhos), que foi institucionalizado através da Constituição Estadual de 1891. Além desta vertente política, as concepções de Comte difundiram-se por diversos níveis da sociedade local, sobretudo entre os intelectuais, mas também na vida cotidiana (2001, p 115).

Torna-se evidente então que a força do positivismo nas primeiras décadas do século XX não desaparece de forma simples a partir de 1930. Beatriz Loner sublinha o combate atual que os novos estudos sobre história do trabalho vêm imprimido contra a dicotomia que separa rigorosamente a história do movimento operário entre pré e pós-30 (LONER, op. cit., p. 74). Não é adequado pensar, então, que se o positivismo foi preponderante nas teorias operárias na República Velha, iria desaparecer como num passe de mágica após o marxismo ganhar espaço entre os trabalhadores no período varguista.

2.4. O Tema do Espiritismo³⁸

No âmbito das influências científicas que marcaram a história dos trabalhadores sul-rio-grandenses têm-se, além do positivismo, outra muito curiosa que é o espiritismo em geral, mais especificamente o kardecista. Allan Kardec³⁹ (1804-1869) “médico e pedagogo dedicado aos estudos de magnetismo animal, do hipnotismo e do sonambulismo” (SCHULTZ, 2005, p.

³⁸ Aqui, apesar de se ter conhecimento sobre as diferenças entre umbanda e o kardecismo francês, não serão feitas distinções muito claras sobre as crenças dos dois personagens envolvidos nesse estudo, já que não há informações se havia entre eles uma distinção clara entre espiritismo kardecista e umbandista. Também é necessário sublinhar que, mesmo havendo opiniões contrárias, ambas correntes serão entendidas como religiões. Não como religiões que possuam livros de dogmas ou algo semelhante no sentido institucional, mas no sentido próprio da palavra religião, que se origina do latim, *religare*, e significa religar, restabelecer a ligação do homem com o mundo ou com deus.

³⁹ Seu nome verdadeiro era León Hippolyte Denizard Rivail. Só adotou a designação de Allan Kardec porque esse havia sido um dos nomes que tivera em uma de suas outras vidas.

65) define o espiritismo da seguinte forma: “o espiritismo é uma *ciência* que trata da natureza da origem e da destruição dos Espíritos, e das suas relações com o mundo corporal” (KARDEC, 1991, p. 13). Essa insistência de Kardec em afirmar que o espiritismo⁴⁰ tem bases científicas, só pode ser compreendida dentro do contexto europeu do século XIX, no qual estavam em alta as idéias positivistas de progresso e fé na ciência (SCHULTZ, op. cit., p. 66). Na obra *O que é o espiritismo*, o pensador francês destaca as relações da doutrina com o positivismo, demonstrando conhecimento concreto dos seus fundamentos naturalistas e científicos:

Eu vou mais longe e digo que é precisamente o positivismo do século [XIX] que faz aceitar o Espiritismo e a ele é que deve sua rápida propagação, e não, como alguns o pretendem, a uma recrudescência do amor ao maravilhoso e ao sobrenatural. O sobrenatural desaparece diante da luz da ciência, da filosofia e da razão [...]. O sobrenatural é o que está fora das leis da Natureza. O positivismo não admite nada fora dessas leis; mas as conhece todas? Em todos os tempos, os fenômenos cuja causa era desconhecida foram reputados sobrenaturais; cada nova lei descoberta pela Ciência recuou os limites do sobrenatural (KARDEC, op. cit., p. 41).

ISAIA (2003, p. 15) salienta que é justamente a racionalidade científica, critério de veracidade para a sociedade pós-revolucionária, que aparecerá na obra de codificação espírita como seu fundamento epistemológico, tornando o nascente Espiritismo afinado com o discurso burguês do século XIX. Assim, o papel ordenador que o universo espírita tentava representar, procurava diminuir o revolucionarismo da classe operária na Europa, bem como fazer com que essa internalizasse uma ética do trabalho e um modo de vida favorecedor da acumulação.

Baseando-se numa visão evolucionista, o reencarnacionismo kardecista irá propor um ideal de melhoramento individual. A crença na existência de leis que presidem tanto o universo como o destino humano, embasando uma visão harmônica de sociedade, terá papel fundamental nesse processo. Ao se levar em conta o contexto de surgimento do Espiritismo, isto é, as grandes reformas urbanísticas de Paris na primeira metade do século XIX, e a conseqüente proliferação de uma população pobre das regiões centrais da cidade, a filosofia kardecista se apresenta como uma proposta ressocializadora para esses deserdados.

Conforme aponta Isaia, “fundado na ética do trabalho (que presidia os atos desta e de outras vidas), a doutrina kardecista difundia o elogio a um perfil humano equilibrado e dócil

⁴⁰ É necessário destacar que Kardec não se considerava o criador do espiritismo, mas apenas um decodificador das mensagens enviadas pelos espíritos. Assim como existe o espiritismo kardecista, existem outras correntes dentro do próprio espiritismo que divergem das idéias propostas pelo próprio Kardec.

às expectativas dominantes nas sociedades” (loc. cit.). Fazer com que o trabalho não fosse encarado apenas como um dever, mas como uma lei natural, era uma das contribuições que o Espiritismo dava às tentativas burguesas de manter os pobres “no seu lugar”. A ociosidade era encarada como um estado totalmente oposto às leis naturais que “regem” a vida. Assim, tanto a devassidão dos ricos como a recusa ao trabalho dos pobres, era condenada com veemência. Em uma época em que o olhar de médicos e higienistas estigmatizava os miseráveis “improdutivos”, sem teto e sem ofício, o Espiritismo acenava a eles com um novo processo de integração à ordem burguesa dominante, tornando-os, através do trabalho, lei “natural” da vida, produtivos e responsáveis cidadãos (ISAIA, op. cit., p. 16).

Nas suas teorias, Kardec procurou fundamentar a tese de que a vida continua a existir após a morte por meio de espíritos, e que estes voltam ao mundo através de processos de reencarnação; tudo sempre “provado” através de experiências e pesquisas que contaram com a contribuição dos próprios espíritos na explicação de vários problemas por ele propostos. Nessas formulações fica patente a marca das concepções científicas nos seus escritos.

Desde a Primeira República o espiritismo teve seus seguidores no meio operário (SCHMIDT, op. cit., p. 119), destacando-se entre eles os socialistas Antônio Guedes Coutinho e Carlos Cavaco, e os anarquistas Stefan Michalski, Espertirina Martins e Abílio de Nequete, um dos fundadores do PCB.

A primeira desconfiança quanto à influência do espiritismo entre os funcionários da Viação Férrea que participaram da greve, adveio do fato já mencionado anteriormente em que um grupo de operários havia procurado o advogado Fernando do Ó para saber se deveriam ou não aceitar a proposta do general Flores da Cunha para pôr fim à greve. Descobriu-se, com base na pesquisa jornalística, que nessa época funcionava na cidade a Aliança Espírita Santamariense. Num dos anúncios encontrados, se pode ler o seguinte convite:

Pelo espiritismo.

‘Amanhã, às 20:30 horas, o dr. Fernando do Ó, advogado no foro local, fará mais uma conferência da série iniciada segunda-feira passada, sob o tema "O Espiritismo à luz da ciência", na Aliança Espírita Santamariense. ‘A primeira foi feita perante numerosa assistência, tendo o orador sido fartamente aplaudido ao terminar. ‘Como de costume, as conferências da Aliança são públicas e cogitam somente das questões atinentes à doutrina reencarnacionista (*Diário do Interior*, 23. fev. 1936, p. 4).

Com isso, supõe-se que Fernando do Ó,⁴¹ para ser consultado pelos funcionários da Viação, deveria gozar de um mínimo de confiança por parte dos mesmos, ou de pelo menos alguns deles. Não se quer, com esta suposição, afirmar categoricamente que por essa simples relação, o espiritismo era a doutrina que guiava a ação dos ferroviários, mas apenas trazer à tona um pequeno indício que deve ser objeto de uma investigação mais precisa no futuro. A posição do advogado em relação ao pedido dos grevistas foi a de que eles “deviam confiar na palavra honrada do governador do Estado, pois que o mesmo sempre fora um grande amigo dos ferroviários”. A imprensa cita que “o dr. Fernando do Ó, com o seu parecer, concorreu patrioticamente para a cessação da greve” (*Diário do Interior*, 14. fev. 1936, p. 2). Além da inclinação histórica desta classe de apoio ao governo, os seus consultores indicavam a percorrer a mesma direção, sem contar que um dos princípios básicos do kardecismo é de que a caridade e a cooperação com outros é fundamental a todos aqueles que pretendem purificar seu espírito.

Mas um ponto fundamental para o estudo dessa relação do operariado com determinadas formas de espiritismo deve ser buscado na orientação particular de Otacílio Charão, um dos líderes da greve de 1936, que não havia nascido no Rio Grande do Sul e que teve uma breve passagem pela África (NOGUEIRA, 2001, *apud* ORO, 2002, p. 356). Sendo um operário negro, Charão fundou na cidade de Rio Grande a primeira casa de umbanda no Rio Grande do Sul, no ano de 1926, que se chamava Centro Espírita Reino de São Jorge (ORO, *op. cit.*, p. 355-356). O seu centro, por ser alvo constante de repressão policial, não tinha endereço fixo, e funcionava de forma itinerante.

De acordo com SCHULTZ (*op. cit.*, p. 76), a “umbanda nasce do contato das religiões de matriz africana com o Espiritismo, num demorado e intrincado processo de entrecruzamento que agencia também elementos da matriz indígena e do catolicismo” organizando-se institucionalmente a partir de disputas teológico-ideológicas no interior do espiritismo. Portanto, o elo dessa doutrina com a religião umbanda se dá através de várias formas, seja pela influência das religiões orientais ou por meio das práticas mediúnicas. Charão era um reconhecido estudioso do espiritismo, e recebia espíritos do caboclo “Vira Mundo” e do preto velho “Girassô”. A ligação de um ferroviário negro com o espiritismo umbanda tem fundamentos sociais significativos.

⁴¹ Fernando do Ó também foi diretor da ANL santamariense, em 1935. Sobre a organização da Aliança em Santa Maria, ver KONRAD, Diorge Alceno. 1935: **A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1994, especialmente p. 174.

Em algumas interpretações de cunho sociológico (SCHULTZ, op. cit., p. 77), a organização dessa corrente religiosa nos anos 1920, reproduzia, de certa forma, a estrutura de classes que havia se construído no país após a abolição da escravatura em 1888. Os negros oprimidos seriam representados religiosamente pelo preto velho, os indígenas pelo caboclo, e as prostitutas e outros marginalizados sociais pela pomba-gira e pelos exus. Como afirma ORTIZ (1999 *apud* SCHULTZ, op. cit., p. 77) “não estamos, pois, mais em presença de um culto afro-brasileiro, mas diante de uma religião brasileira que traz em suas veias o sangue negro do escravo que se tornou proletário”. Neste caso, como trabalhadores, alguns ferroviários provavelmente deveriam ser seguidores de alguma forma de manifestação espírita kardecista ou umbandista, já que delas podia se extrair elementos que contemplassem a sua posição étnica ou de classe. Mesmo que em boa parte eles pertencessem (no caso, sobretudo, do kardecismo) ao universo cultural da classe dominante. Sobre isso, são interessantes as informações que nos são dadas por ISAIA (op. cit., p. 12):

Em relação ao espiritismo francês do século XIX, muitos pesquisadores defenderam o papel ressocializador por ele desempenhado, redimensionando a vida de homens e mulheres no espaço urbano e industrial. Se essa realidade pôde ser constatável no continente europeu, no Brasil o substantivo espiritismo foi aproximado de todo um repertório de ações transgressoras e da familiaridade com o universo cultural de populações pobres, incultas e doentes, ligando-o a manifestações religiosas de matriz africana.

Portanto, o kardecismo, recodificado pela umbanda brasileiro-africana, apareceu como mais um elemento que influenciou se não todos, ao menos alguns dos trabalhadores durante a greve ferroviária de 1936 em Santa Maria, colaborando, em certa medida, para o comportamento ordeiro e respeitoso com que se processou a greve.

2.5. O Papel Desempenhado Pelas Mulheres na Greve

Sendo sempre um tema de difícil abordagem nos estudos sobre história operária, a participação da mulher geralmente é negligenciada pelas substantivas e já conhecida falta de fontes. Em excelente observação, Beatriz Loner ressalta que “mais ainda é necessário descobrir o papel das mulheres, não apenas enquanto militantes ou operárias, mas também na família” (op. cit., p. 70).

Partindo desse pressuposto, foi possível reunir alguns parágrafos das reportagens produzidas pelo jornal *A Razão*, que possibilitam vislumbrar de forma fragmentária o papel desempenhado pelas mulheres no movimento grevista, mais especificamente das esposas dos ferroviários. Papel que, aliás, era comum nesse tipo de luta. Como destaca FLORES (op. cit., p. 535):

No contexto de suas constantes mobilizações, outra evidência a ser destacada foi a participação constante das suas esposas ou companheiras desde os primeiros momentos da profissão. Participação que as tornou pioneiras nas lutas de valorização da cidadania no contexto popular gaúcho, evidência que necessita ser reavaliada e aprofundada pelos estudos acadêmicos.

Já se disse antes, que a parede contava no seu início com pouco mais de setenta trabalhadores, sendo eles todos homens empregados nas oficinas da Viação Férrea. Em apenas três dias o número de manifestantes, de acordo com o mesmo jornal, já girava em torno de mil operários só na cidade de Santa Maria. Dentro dessa significativa alteração no contingente de grevistas é imprescindível destacar que, ao longo das estradas, inúmeras mulheres espalhavam-se aos gritos, clamando aos trabalhadores que não haviam aderido ao movimento, a participarem dele. A forma com que faziam isso não se restringia à simples palavras de ordem, mas a provocações que faziam a estes operários, balançando ao ar roupas femininas como modo de lhe afetar a sua masculinidade. Os trechos que o jornal apresenta são de uma riqueza impressionante:

Ao sair do trenzinho

Diariamente costuma sair da estação local uma pequena composição que se destina ao transporte dos ferroviários que trabalham no Km 3 e residem nesta cidade.

Ontem, como de costume, a composição pôs-se em marcha conduzindo os operários que não aderiram à greve e que se destinavam ao trabalho.

Na altura da Ponte Seca, linha de Porto Alegre, foi o trânsito atacado por um grupo de mulheres e crianças que, acenando com lenços e barulhando em latas, procuravam chamar os operários à greve.

Com a intervenção das forças armadas que policiam os arredores terminou a catequese dos ferroviários fiéis à Viação Férrea.

O interessante é que entre as crianças manifestantes figurava um filhinho do maquinista que dirigia o trenzinho. Essa criança acenando para o pai exclamava:

- Pai!! (*A Razão*, 12. fev. 1936, p. 4)

Dias depois se podia ler:

Cena gozada.

Lá perto da casa do repórter, na manhã do penúltimo dia de greve.

Um dos poucos ferroviários que ainda não havia aderido ao movimento, seguia para a oficina, olhando para todos os lados, meio desconfiado. Nisto um grupo de mulheres e crianças lhe sai ao encontro. Risinhos. Piadas irônicas. Depois em altas vozes, incentivam o ferroviário à greve.

O homem, assustado, foi retrocedendo, caminhando para trás. Nisto uma das mulheres, segurando nas duas mãos uma peça íntima do vestuário feminino acena com ela para o ferroviário num brado:

" - Toma. Veste estas, porque as tuas calças não te "sentam", são compridas..."

Outra atalhou:

" - Bota o chapéu do meu marido, se tem medo".

Nesse dia o ferroviário aderiu à greve (*A Razão*, 15. fev. 1936, p. 6).

Outra notícia, no mesmo dia:

O incentivo das mulheres

As mulheres dos ferroviários santamarienses também devem ser mencionadas quando se falar no movimento grevista. foram animadoras incansáveis. Incentivando os que ainda trabalhavam para seguirem os grevistas e abandonarem o serviço. Atacavam os "carneiros".⁴² Mexiam com eles. Faziam o camarada encabular. Ofereciam-lhe os vestidos. Que não era homem. Que aderisse. Que não passaria, no fim, de um traidor. E o homem entusiasmava-se a aderir.

A mulher ferroviária foi peso preponderante no desenvolvimento da greve (*A Razão*, 15. fev. 1936, p. 6).

Diferente do que dizia Maria de Lacerda Moura, professora, jornalista e escritora libertária em 1932 (MOURA, 1932 *apud* RAGO, 1985, p. 100), a mulher, no que diz respeito à greve dos ferroviários, ultrapassou os limites da "civilização uni-sexual", e deixou de ser um mero "expectador no cenário da vida".

Entretanto, mesmo tendo uma ação efetiva, elas não conseguiram construir uma nova figura negadora do "modelo burguês que lhes [era] imposto". Na "Cena gozada" pode-se retirar da fala da mulher a idéia de que o indivíduo que não tem coragem só poderia usar mesmo "uma peça íntima do vestuário feminino". Essa visão preconceituosa era oriunda da visão que a roupa adequada de um homem sem medo deveria ser a calça comprida de que falava, atrelando a fraqueza com a mulher e a coragem com o homem. Portanto, o gênero que tem medo é o feminino, e não o masculino, que veste calças e usa chapéu. É certo que o forte machismo no meio social rio-grandense, desafiava qualquer operário que ouvia as provocações das mulheres.

Historicamente no Rio Grande do Sul se construiu o mito do gaúcho "macho", e aqueles que absorviam essas concepções poderiam realmente ter mudado de lado no

⁴² O carneiro (que tem a lã da qual se faz o pelego) aqui no caso se refere ao fura-greves que é aquele que não participa da greve, dificultando a ação coletiva dos trabalhadores.

posicionamento em relação à greve, como afirma o jornal. Não se pode julgar a atitude daquele grupo de mulheres aos olhos do século XXI, imaginando que esse caldo cultural não deveria fazer parte das suas manifestações, e sim entender o papel relevante que muitas tiveram no movimento, que, afinal, feria diretamente os interesses econômicos não só dos ferroviários em si, mas como das próprias famílias. Daí, então, o destaque dado pelo presente trabalho à ação das mulheres.

2.6. A Censura Governamental à Imprensa Municipal

Outro ponto que parece ser de extrema relevância para se compreender a atuação do governo estadual no desenrolar da greve é o emprego da censura utilizado contra o jornal *A Razão*, durante dois dias (13 e 14) de acontecimentos. Dentre as edições analisadas, existem inclusive algumas de caráter extraordinário, impressas no fim da tarde, que traziam informações sobre os eventos de então.

No dia 11, já se ouvia boatos de que a direção da Viação Férrea iria proibir a circulação do jornal referido dentro dos trens.⁴³ Na edição do dia 10, uma das manchetes, impressas em letras garrafais, era a seguinte: “até as 15 horas de hoje, cerca de mil ferroviários haviam aderido à greve”. Do ponto de vista dos operários não-grevistas, ler uma reportagem com essa vistosa chamada poderia fazer com que se interessassem em ler aquela reportagem, podendo até, num último momento, repensar a sua própria posição. O detalhe é que na cobertura feita pelo *Diário do Interior*, concorrente de *A Razão*, as chamadas das edições dos dias 11, 12, 14 e 15 (faltou a do dia 13) em nenhuma delas se pôde verificar alguma referência ao número de mais de mil operários em greve. O máximo que se poderia ver era: “numerosos operários desta cidade aderiram à parede”, “com essas novas adesões, os grevistas do Km 3 são em número de 300, mais ou menos” (*Diário do Interior*, 11. fev. 1936, p. 02). Na informação, sonega-se a contagem de todas as oficinas para afirmar que o número de paredistas não passa de trezentos, “mais ou menos”. Além dessas diferenças, numa análise

⁴³ O boato era discutido nas próprias páginas do *A Razão*: “Circulou anteontem, à tarde e quase todo o dia de ontem que o engenheiro Celso Pantoja, diretor da Viação Férrea, baixara um aviso proibindo a circulação desta folha nos trens daquela estrada de ferro. ‘Dizia-se que a ordem fora transmitida anteontem à noite a Empresa De Maria que mantém contrato conosco para a distribuição de *A Razão* em todos os trens da Viação Férrea. Nesse sentido podemos informar que não existe qualquer proibição e que *A Razão* continua a circular livremente em todos os trens da nossa ferrovia. O engenheiro Celso Pantoja, durante as vezes que tem sido procurado pela reportagem tem se revelado um cavalheiro integrado nos afazeres de seu alto cargo, conhecedor das nobres intenções da imprensa (*A Razão*, 12. fev. 1936, p. 4) .

mais atenta, é possível perceber que nos informes do jornal *A Razão* transparecia certo apoio aos manifestantes, com frases que a todo o momento diziam ser justas as exigências ferroviárias. Em artigo intitulado “A greve apaixonada a cidade”, essa inclinação fica clara:

Aos poucos vai a greve dos ferroviários rio-grandenses tomando incremento e ameaçando transformar-se num grande movimento paredista.

Sábado último, quando irrompeu o movimento, os pioneiros do protesto eram apenas um grupo de sessenta e poucos operários.

Já ontem o número dos grevistas aumentou consideravelmente, e hoje, à hora em que escrevemos estas notas, já se pôde calcular em cerca de mil o número dos ferroviários que aderiram ao movimento.

Recrudescendo o movimento e *amparados na justiça da causa que abraçaram*, os grevistas espalharam-se pela cidade, permanecendo em diversos pontos, como nas mediações da estação ferroviária local. Sempre em atitude pacífica e respeitosa, os grevistas locomoveram-se da estação local, devido à chuva, para os cafés do centro da cidade, onde, reunidos em pequenos grupos, discutem as causas que os levaram ao movimento.

A população local, atendendo à mansa atitude dos grevistas, foi, aos poucos, se interessando pela sorte do movimento ao ponto de se poder presumir que a opinião pública está no lado da greve (*A Razão*, 10. fev. 1936, p. 1) [grifo nosso].

Várias vezes também o jornal dá notas sobre a atuação da “laboriosa classe ferroviária santamariense”. Ao contrário, expressando uma posição mais conservadora, o *Diário do Interior* (11. fev. 1936, p. 2) não hesita em afirmar que o grande número de grevistas só foi possível graças às ameaças de agressão feitas aos que não participavam do movimento.

Assim, aquilo que era apenas um boato transformou-se em realidade. Ao ler as páginas de *A Razão* dos dias 13 e 14, encontra-se um silêncio absoluto em relação aos acontecimentos grevistas. Apenas no dia 15, momento em que se encerra o conflito, é que o jornal volta a circular normalmente. Nesse mesmo dia, há uma longa matéria que explica “os motivos do silêncio em torno da greve ferroviária”, sublinhando que em nenhum momento houve apoio a alguma das partes envolvidas, e criticando a proibição imposta pela polícia local que interpretava “erradamente” as ordens superiores:

Esta folha deve uma explicação ao Rio Grande sobre o silêncio em que se envolveu depois do terceiro dia da greve ferroviária. É para dar essa explicação que estamos escrevendo estes comentários.

Irrompido o movimento paredista a nossa reportagem iniciou um ativo e severo serviço de informações nos meios grevistas e entre os elementos ligados e a própria Viação Férrea. As edições extraordinárias que publicamos condensavam fielmente os fatos em sua essência. Não exagerávamos e não procurávamos interferir a favor deste ou daquele lado. Embora sejamos simpáticos a todas as classes produtoras e entre estas estejam incluídos os ferroviários rio-grandenses, não tomamos uma atitude que pudesse ser interpretada como incentivo ao movimento grevista. Fíeis à nossa missão de informadores do público, o nosso noticiário sobre a greve foi vazado na mais alta e sincera imparcialidade. As informações colhidas pela nossa

reportagem sofriam o confronto com os detalhes que nos eram fornecidos pela polícia. Assim, aquelas edições extraordinárias não refletiram, nunca, outra coisa que a verdade do que vinha ocorrendo.

Jornal de opinião, tendo habituado o público a orientar-se pelos seus comentários sobre qualquer acontecimento de interesse coletivo - absteremo-nos de tomar atitude no caso da greve ferroviária por julgá-la um acontecimento de séria gravidade para a vida do Estado. E não desejávamos que qualquer atitude que assumíssemos viesse a se refletir sobre a marcha das negociações entabuladas para pacificar os ânimos.

Foi essa a conduta de *A Razão* em torno da greve dos ferroviários rio-grandenses.

Não obstante e desrespeitando os mais mezinhos direitos naturais à imprensa, a polícia local, mal interpretando as ordens recebidas de Porto Alegre, caiu no noticiário desta folha com todo o peso das proibições absurdas. A chefia da polícia do Estado, como era natural, comunicou-se com as autoridades locais e instruiu-as para que evitassem a divulgação de notícias tendenciosas sobre a greve. Foi o quanto bastou para que a delegacia de polícia santamariense destacasse um funcionário para assumir a direção dos jornais. Fomos afastados do nosso posto e obrigados a ceder a orientação do jornal a estranhos auxiliares.

Enquanto isso acontecia com a nossa folha, os jornais de Cruz Alta, Passo Fundo e Porto Alegre estampavam páginas e páginas com um vasto e fiel noticiário sobre todos os acontecimentos relacionados com a greve ferroviária. É preciso acentuar, para mais evidenciar a lamentável orientação policial, que em Cruz Alta está localizada a sede desta região policial. E "O comércio", órgão popular que circula nessa cidade, não deixou de estampar o menor detalhe sobre os acontecimentos, acentuando, mesmo, que o movimento se tinha generalizado pelo Estado todo, o que de fato aconteceu.

Nenhum desses jornais sofreu a ação entravadora da polícia ou esta soube bem interpretar as ordens recebidas.

Para que fique bem esclarecida qual foi a atitude da polícia local em relação à nossa folha, basta esclarecer que até uma nota que nos fôra fornecida pelo coronel Cabral Velho, comandante da Quinta Brigada de Infantaria, sofreu o contato da tesoura policial. E segundo informações colhidas, a própria entrevista concedida pelo general Flores da Cunha, em Porto Alegre, e transmitida para esta cidade, não pôde sair na íntegra devido à censura da polícia.

Foram esses os motivos que nos obrigaram a silenciar sobre os acontecimentos grevistas, depois do terceiro dia da irrupção do movimento. Hoje, que foi levantada a manopla policial, julgamo-nos no dever de dar esta explicação aos leitores para que fique esclarecido que, voluntariamente, não fugimos e não fugiremos aos nossos deveres de fiéis informadores do público (*A Razão*, 15. fev. 1936, p. 8).

Está aí explicitado um dos métodos utilizados pelo governo estadual para atingir os seus objetivos finais de solução da greve. Enquanto o *Diário do Interior* prosseguia com a sua cobertura normal sobre os acontecimentos, *A Razão* teve seu editor substituído por um funcionário da polícia local, responsável pela publicação de notícias "neutras".⁴⁴

Atitudes como essas demonstram, de forma acintosa, o autoritarismo do governo do PRL na relação com a imprensa sul-rio-grandense, pois esta foi e ainda é um meio que contribui decisivamente na reprodução de determinadas formas de pensar, mesmo que em alguns momentos se afirme como "imparcial". Arbex comenta que inevitavelmente "ao relatar

⁴⁴ Entre os motivos dessa censura ao jornal está na discordância entre o fundador de *A Razão*, Clarimundo Flores e Flores da Cunha, que, apesar de primos, eram inimigos no campo da política. Em 1932, o primeiro foi espancado e preso em Uruguaiana por ser oposição ao governo estadual. Sobre isso ver as notas 174, 181 e 182 de KONRAD, op.cit., 2004, p. 247 e 249.

um evento o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas, fazendo aí interferir as suas estratégias de narração” (ARBEX JR, 2001, p. 106-107). Portanto, a ação do governo contrária ao jornal *A Razão* em detrimento da liberdade dada ao *Diário do Interior*, passa pela percepção de que os meios de comunicação acabaram ambos assumindo um lado da greve. No caso do jornal *A Razão*, não era o lado do governo, o que justificou de sua parte a censura feita nos dois dias que antecederam o fim da greve.

CAPÍTULO III

O TRABALHISMO FERROVIÁRIO

Identificar o posicionamento político adotado por um determinado grupo de trabalhadores se mostra como um exercício de difícil concretização. No caso dos ferroviários, a dificuldade aumenta quando se sabe que inúmeras formas de pensamento atuavam sobre os trabalhadores nos anos trinta. Para dar conta desse objetivo, se fará um resgate das principais matrizes do pensamento operário que foram surgindo entre o final do século XIX e começo do século XX no Brasil e no Rio Grande do Sul, para, em seguida, trabalhar historicamente as práticas dos ferroviários, procurando, a partir das suas características, apontar que linhas de pensamento advogavam no momento da greve. Como ressalva, é de se observar que esse capítulo não tem como objetivo estabelecer uma periodização da história dos trabalhadores no estado, pois, como já foi afirmado, muitas dessas correntes atuaram ao mesmo tempo nesse período. A divisão servirá apenas como modo de clarificar a compreensão sobre cada uma delas.

3.1. As Sociedades Mutuais

Na história da classe operária do Rio Grande do Sul, antes das sociedades de resistência com caráter classista, foram fundadas entre os anos de 1870 e 1900, diversas associações beneficentes de socorros mútuos. Por se tratar de um período de transição de um ambiente patriarcal-escravista para uma sociedade urbana onde se instituía as primeiras relações capitalistas de trabalho, havia a necessidade da construção de novos mecanismos de proteção por parte dos trabalhadores. Assim, criava-se um modo de fazer frente às novas condições de vida que iam se apresentando, e um dos caminhos encontrados foram essas associações. A esse fenômeno associativo denominou-se *mutualismo*.

Nelas, o sócio (trabalhador, artesão, assalariado, etc.) assegurava o seu futuro contribuindo com uma espécie de cota, que, em caso de alguma desventura, dava lugar “ao

benefício de um subsídio e auxílios diversos e onde não era desprezível ter segurança e receber um enterro digno” (PETERSEN, 2001, op. cit., p. 35). Por isso, no fim do século XIX criaram-se inúmeras associações de socorros mútuos, principalmente naquelas cidades onde a industrialização começou a florescer. Como define a autora, “as origens da organização autônoma dos operários gaúchos também remontam às entidades de socorros mútuos” (PETERSEN, loc. cit.). Apesar de seu perfil mutualista, essas associações constituíram um passo inicial no processo de formação das organizações operárias.

É de se destacar também, dentro de uma dimensão mais controladora, que havia associações fundadas por patrões em suas fábricas que obtiveram grande êxito, pois a adesão, via de regra, era obrigatória e o patrão geralmente era membro da diretoria.

Outro ponto que PETERSEN (op. cit., 2001, p. 38) salienta é que “na Argentina, a historiografia destaca sociedades mutuárias que agregavam imigrantes”. Nesse sentido, levando em conta que essas sociedades não constam no seu livro, cabe informar que em Santa Maria foram fundadas três organizações com esse caráter: uma de alemães, em 1866, denominada *Deutscher Hilfsverein*,⁴⁵ outra de italianos, chamada Sociedade Mútuo Socorro I Recreativa, e uma terceira de espanhóis conhecida como Sociedade Beneficente Espanhola de Socorros Mútuos, sendo que as três ainda funcionavam em 1916 (RECHIA, 1999, p. 112). Entre os ferroviários também existiu uma associação que foi a Caixa de Socorros dos Empregados da Viação Férrea, fundada em Porto Alegre em 1898.

Antes de partir para análise de outras correntes, é importante ressaltar as palavras de SILVA JR (2004, p. 22)

De certa forma, ainda vigora entre alguns historiadores do trabalho a idéia de que as sociedades de socorros mútuos pertenceriam à “pré-história” do movimento operário e, quando muito, mereceriam apenas uma investigação mais motivada pela erudição que pelo desejo de compreensão do próprio movimento social. Claro que também há matizes nessa qualificação, quando o mutualismo é tratado como um tipo de organização embrionária de trabalhadores, prenunciando o sindicalismo, cujo aparecimento faz daquele um fenômeno de pesquisa interessante pelo seu devir, pelo que lega ao sindicalismo do futuro. Contudo, tais concepções, ao proporem uma periodização das formas de associação dos trabalhadores, inviabilizariam ou desestimulariam esforços no estudo das sociedades de socorros mútuos depois da criação de entidades de tipo sindical, como se as mutuais simplesmente deixassem de existir.

PETERSEN (op. cit., 2001, p. 50) destaca que muitas associações ainda existiam nos anos vinte. No caso da associação italiana santa-mariense, essa sobreviveu até os anos trinta.

⁴⁵ Atualmente o seu nome é Sociedade Concórdia Caça e Pesca (SOCEPE), e perdeu o seu caráter mutualista inicial.

Portanto, se as sociedades mutualistas aparecem como o primeiro passo das organizações de trabalhadores do Estado, elas continuaram atuando paralelamente aos partidos e organizações de classe até as primeiras décadas do século XX.⁴⁶ Fica evidente, no entanto, que não havia, por parte dos mutualistas, uma concepção de rompimento com as relações capitalistas ou com Estado, e muito menos de participação política dentro das esferas institucionais, ficando esses reservados apenas a assegurar a sobrevivência dos trabalhadores. Assim, entende-se que o mutualismo pode ser considerado como um tipo de posicionamento observado entre os trabalhadores dentro do contexto ideológico operário sul-rio-grandense.

3.2. O Socialismo Difuso

Para caracterizar de forma mais adequada o movimento de construção do socialismo no Brasil, cabe falar em um *socialismo difuso*, isto é, uma corrente de pensamento que foi tributária de outras teorias científicas, dentre elas o positivismo.⁴⁷ Entre essas concepções, havia a crença de que a ciência poderia eliminar os problemas da humanidade.

Portanto, não existia um só socialismo, fechado, puro e coerente. Só como forma de exemplificar essa questão, é possível falar em *socialismo reformista*, isto é, que através de reformas no interior das instituições, teria como intenção construir gradualmente uma sociedade em que os meios de produção fossem coletivizados, ou então do *socialismo revolucionário*, que pretendia, através de uma mudança radical da sociedade, construir um Estado sob o controle dos trabalhadores.

O seu aparecimento no Brasil pode ser datado – nas últimas décadas do século XIX. O universo de instabilidade política que se apresentou após a abolição da escravatura, redimensionou as possibilidades de constituição do conjunto de atores possíveis no sistema político e redefiniu os instrumentos formais de participação. É justamente nesse contexto que

⁴⁶ Para se compreender um dos motivos pelos quais as Sociedades de Socorros Mútuos foram desaparecendo, é necessário se levar em conta a implementação da nova lei de Sindicalização (Decreto 19.770) de 1931, pelo qual ficava estabelecido que apenas os sindicatos poderiam se integrar ao Estado, conquistando, como contrapartida os benefícios, dos quais muitos eram oferecidos pelas sociedades mutuais. Nesse contexto, não podendo se adaptar às exigências legais por não serem sindicatos propriamente ditos, muitas acabaram perdendo o seu sentido, deixando de existir gradualmente.

⁴⁷ Essa “confusão” teórica na foi privilégio dos brasileiros: [...] autores ressaltam, porém, a impropriedade de se perceber tal assimilação como um “exotismo brasileiro”, um caso de “idéias fora do lugar” ou um sintoma do “porre ideológico” de nossos militantes; pelo contrário, tal *mélange* estaria presente na própria matriz européia do socialismo (seja ele marxista ou anarquista) naquele contexto” (SCHMIDT, op. cit., p. 114).

surgem as primeiras propostas de atuação política dos trabalhadores (GOMES, 1994, p. 21). No Rio Grande do Sul, os primeiros socialistas aspiravam a todo o custo formar um partido operário, que era considerado por eles como o instrumento através do qual se daria a derrocada da política burguesa (PETERSEN, op. cit., 2001, p. 61). A influência da social-democracia alemã começa a se fazer entre os trabalhadores, principalmente em função dos imigrantes alemães,⁴⁸ que trabalhavam na indústria e trouxeram consigo os princípios social-democratas.

Finalmente, em 1897, é fundado o primeiro Partido Socialista do Rio Grande do Sul, e esse surpreendentemente contava com anarquistas, demonstrando a complexidade da política operária de então. Entre as referências teóricas de um dos principais socialistas do Rio Grande, Antônio Guedes Coutinho, estava Augusto Comte, pensador positivista, que era visto pelo primeiro como genial pensador, apesar de não conhecer a sua obra diretamente. Interessante notar que o caminho percorrido por esse militante o levou, já nos anos quarenta, a aproximar-se de Vargas durante o Estado Novo, o que, de acordo com o seu biógrafo, isso se deveu, talvez, às similaridades existentes entre socialismo e trabalhismo (SCHMIDT, 2000, p. 101), questão que será aprofundada nesse capítulo.

O que se verifica entre os socialistas é certa ambigüidade em termos ideológicos. Por um lado existem aqueles que possuem uma compreensão revolucionária do processo de luta, e outros que defendem que as conquistas sejam feitas dentro dos parâmetros legais exigidos pelo Estado.

Nesse último caso, a influência do positivismo é marcante, pois essa matriz teórica é definitivamente contrária aos movimentos revolucionários, e compreende a sociedade como um organismo natural que avança linearmente por três estágios: o teológico, quando os fenômenos são explicados pela vontade divina; o metafísico, quando as explicações centram-se em formulações abstratas, e o positivo, quando as explicações baseiam-se em observação empírica (científicas), que torna possível determinar com exatidão as falhas e conseqüências da ordem social (RIBEIRO JR, op. cit., p. 19-20). O seu caráter antiliberal é um elemento que o aproxima do socialismo na crítica ao capitalismo como modelo de sociedade, e que vai fundamentar, mais à frente, algumas proposições trabalhistas. Corroborando essa ligação do socialismo com o positivismo, BOEIRA (1980, p. 38-45) afirma que no Rio Grande do Sul o pensamento de Comte, em suas variadas formas, penetrou na realidade do estado

⁴⁸ Um estudo que analisa questões étnicas, basicamente relativas aos imigrantes alemães em Ijuí/RS, no meio operário sul-riograndense é o de: WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí, Ed. da Unijuí, 2002.

principalmente pela ação do PRR, desde 1882, o que determinou que, direta ou indiretamente, os preceitos positivistas fossem, de alguma forma, alvo dos debates de todos aqueles que se dispunham a discutir política no Rio Grande do Sul. Assim, o movimento operário também não ficou imune às idéias dessa corrente.

3.3. O Anarquismo

O termo anarquismo também não pode ser entendido como uma corrente homogênea no Brasil, e, por que não, no mundo.⁴⁹ Woodcock afirma que “tentar descrever a teoria essencial do anarquismo é um pouco como tentar lutar com Proteu, pois as próprias características da atitude libertária [...] criam imediatamente a possibilidade de uma imensa variedade de pontos de vista” (v. 1, 2002, p. 17). Embora haja essa dificuldade, é possível traçar linhas gerais que compõem a maioria das suas correntes internas. Uma vez mais, o contexto de implantação da República tem de ser levado em conta. É nele que o anarquismo se caracteriza inicialmente como uma busca pelo alargamento da participação social, consolidando-se como uma crítica ao poder vigente (SAMIS, 2004, p. 127).

As relações dos anarquistas com os socialistas nunca foi muito amigável, pois os últimos geralmente eram vistos pelos libertários como “amarelos”, por atuarem no meio da política liberal. Mas os socialistas também criticavam os anarquistas, pois num artigo do conhecido socialista rio-grandense Francisco Xavier da Costa, criticando o anarquismo, ele afirmava: “[...] na extinção da Lei e do Governo” está o “pecado original do anarquismo”. Para o líder ferroviário, “a sociedade sem governo seria um horror; o governo sem lei é sempre um flagelo; imaginemos, agora, o que seria uma sociedade sem governo e sem lei...”.⁵⁰

Nessa fala fica claro um ponto fundamental da proposta anarquista, a saber, a luta pelo fim do “governo”, ou seja, do Estado. O meio pra se atingir esse objetivo era diferente das outras correntes, pois negava a necessidade de um partido político e muito menos a formação de um Estado proletário, como desejavam os comunistas, pois o “Estado quer dizer dominação, e toda dominação supõe a subjugação das massas” (BAKUNIN, 2001, p. 17). A

⁴⁹ Uma obra que pode colaborar para uma melhor compreensão do movimento anarquista no mundo é: WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. 2 v. Porto Alegre: L&PM, 2002.

⁵⁰ Texto extraído do artigo intitulado Notas à margem, do jornal *O Commercio*, de Cachoeira do Sul em 8 de janeiro de 1900, p. 1 e 2. Cedido gentilmente por Icaro Bittencourt.

crítica comunista vem a afirmar que por carecerem de organização político-partidária, os anarquistas não se configurariam como forças adversárias significativas para o governo e deixariam um campo aberto para a atuação da burguesia (GOMES, op. cit., p. 66). Mas diferente do que se pensa, esse “apoliticismo” é falso. Eles apenas não concordavam em participar das disputas eleitorais e das práticas partidárias e parlamentares, pois essas pertenciam ao universo do modelo liberal.

O caminho definido por alguns anarquistas era a atuação dentro dos sindicatos, definidos como “sindicatos de resistência”, mas esses deveriam abandonar as práticas assistencialistas ou mutuais⁵¹ e prezar pela ação direta frente aos patrões e ao Estado. Em termos organizacionais, os sindicatos ligavam-se às Federações e essas às Confederações, que se formavam em nível nacional. Por não acreditarem na ação partidária, as suas ações se faziam através de uma luta política – as greves – e da educação, através da fundação de escolas populares, como a fundada em 1906 em Porto Alegre, chamada Eliseu Reclus (MARÇAL, 1985, p. 65).

A hegemonia do anarquismo no Rio Grande, assim como no Brasil, ocorreu entre 1906 e 1920. Sua decadência esteve relacionada a vários fatores. Em primeiro lugar, a fluidez doutrinária dava oportunidades para que, muitas vezes, os estudos e doutrinações teóricas fossem deixadas de lado em função das reivindicações mais gerais de todos os trabalhadores. Em contrapartida, os comunistas, possuindo um agressivo pragmatismo, conseguiram influenciar parcelas significativas de trabalhadores através da doutrinação.

Como segundo ponto, a vitória da Revolução Russa em 1917 e a gradual difusão que o marxismo obteve no Brasil nos anos trinta, acabaram também por diminuir o número de militantes anarquistas, que passaram a ver uma possibilidade real de conquista de poder. Após 1930, com a sindicalização oficial, um dos principais meios de atuação dos anarquistas, também foi praticamente liquidado com o enquadramento das organizações. Um dos últimos atos significativos dos anarquistas no Brasil foi a participação de alguns integrantes na ANL. Por fim, após a Insurreição de 1935, com a brutal repressão varguista, praticamente todas as formas de atuação anarquista foram aniquiladas, assim como a de outras correntes do movimento operário.

⁵¹ Essas eram consideradas desvirtuadas das associações operárias.

3.4. Comunismo e Circulismo

O comunismo teve as suas origens no Brasil em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil que, sem dúvida, foi a principal força da história do proletariado brasileiro entre as correntes revolucionárias. A compreensão de que a luta política poderia ser mais um campo de atuação na conquista dos direitos dos trabalhadores foi elemento essencial para granjear novos adeptos. Desde cedo seus representantes iniciaram um ativo movimento de propaganda das concepções de Marx no Brasil. Apesar disso, a sua difusão só se deu em maior intensidade a partir dos anos trinta, quando arregimentou em suas fileiras um bom número de operários. No Rio Grande do Sul, os sindicatos foram gradualmente sendo ocupado por comunistas em substituição aos anarquistas. Os marcos da atuação comunista no estado até os anos trinta foram as greves de 1935, o rompimento da FORGS com a política governista de sindicalização e a organização da ANL na luta contra o imperialismo e contra o fascismo.

O crescimento da ideologia comunista em escala mundial mostrou o forte potencial da doutrina, que serviu de base para as mais variadas revoluções. No Brasil, destacou-se a Insurreição de 1935, liderada por Luiz Carlos Prestes, que teve uma duração efêmera e logo foi desbaratada pelas tropas do governo federal. Por ameaçar de forma extremamente incisiva o poder das classes dominantes, os comunistas passaram a ser vistos como “extremistas”, e foram alvos de intensa repressão principalmente após o levante de 1935. No plano estadual, Flores da Cunha chegou a aliar-se com seus opositores para impedir qualquer tentativa comunista de ataque ao poder, como já foi possível observar.

Entre algumas parcelas de trabalhadores, o anticomunismo foi marcante, e como resposta muitos procuraram construir novas formas de conquista e reivindicação de seus direitos, pois o combate mais radical não era bem visto por alguns deles. Um aspecto que pesa bastante na avaliação do caso brasileiro, é o suposto caráter ateu do comunismo, que era visto por muitos ideólogos das igrejas, em especial a católica, como um elemento desagregador da família. Esse argumento era usado como justificativa de combate ao comunismo.

É evidente também que por ser a sociedade brasileira de maioria católica, muitos operários tinham como crença os princípios cristãos, o que dificultou e muito a penetração da doutrina comunista entre os proletários. Com base nessa constatação surgiu em 1932, criado pelo padre Leopoldo Brentano em Pelotas, contemplando os interesses clericais, os círculos operários católicos, de caráter mais reformista e que se propunham a atuar ao lado do Estado,

dentro de uma perspectiva de harmonia social. Como destaca KONRAD (op. cit., 2004, p. 127): “os Círculos Operários, criados no Rio Grande do Sul, a partir de 1932, serão os instrumentos principais dos católicos para a inserção nos meios operários, buscando aproximar-se dos trabalhadores”.

Em realidade, um princípio básico dos circunistas era combater o avanço do comunismo. Desde 1891, através das encíclicas do Papa Leão XIII, os comunistas eram vistos como pragas que ameaçavam a religião. Em seu primeiro Congresso, os circunistas não hesitaram em respaldar as ações do governo de combate ao “bolchevismo”. Dessas mesmas encíclicas emanavam os fundamentos da sociologia cristã, para a qual era necessária a “cristianização” do capitalismo, pois isso promoveria a diminuição dos antagonismos entre capital e trabalho e promoveria de maneira eficaz o combate à “ameaça vermelha”, tão presente naquele momento (PETERSEN; LUCAS, op. cit., 1992, p. 457). Nesse ponto, as prerrogativas trabalhistas também se mostram claramente: a concepção de certo capitalismo menos destruidor, cristão ou “solidarista” não era completamente estranho aos adeptos dessa corrente.

Por fim, cabe salientar que a partir de 1932, com a fundação da AIB, muitos trabalhadores também aderiram ao integralismo. Esse, em função de ser visto pelos historiadores como portador de um discurso reacionário e conservador, não é incluído entre as correntes operárias, mas, para se ter uma noção sobre a força dos integralistas no Brasil, a AIB atingiu em 1937 a expressiva marca de mais de um milhão de adeptos (CAVALARI, 1999, p. 34), contando inclusive com integrantes em Santa Maria. Entretanto, saliente-se que, de modo geral, o integralismo não era uma doutrina hegemônica no meio operário.

3.5. O Trabalhismo no Meio Ferroviário

O conceito de trabalhismo tem sido apresentado pela historiografia brasileira de diversos modos. Para Ângela de Castro Gomes, a ideologia do trabalhismo só adquiriu suas reais feições entre 1942 e 1945, momento que coincide com a montagem de um partido político que institucionaliza essas idéias: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A autora, ao definir esse movimento como uma *invenção*, parece delimitá-lo somente a partir de um ângulo, o ângulo do Estado. Não é por acaso que entre os oito capítulos da obra, apenas os três primeiros tratam das concepções políticas dos trabalhadores, enquanto que os outros

cinco centralizam-se na figura do Estado, como o novo portador da palavra operária. Como destaca FORTES (op. cit., p. XXV): “o trabalhismo teria produzido não apenas um discurso mas o próprio público a que se dirigiu”. Partindo do discurso governista, pode-se afirmar que o trabalhismo que se “inventou” durante o Estado Novo, surgia a partir da

proposição de uma crítica dirigida tanto às formas de governo liberais quanto às experiências totalitárias, quer fossem as comunistas, quer as fascistas. Estes dois tipos de estado seriam ambos desumanos, estando afastados das reais necessidades vitais do homem em sua universalidade e, no caso do Brasil, também em sua especificidade histórico-cultural. De um lado, o Estado liberal pecava por omissão, espectador que era dos conflitos sociais e das carências materiais e espirituais da população de um país. Os regimes totalitários, hipertrofiando o Estado, absorvia os indivíduos, subordinando-os completamente. Ao liberalismo caduco e mentiroso sucederam os totalitarismos comunista e fascista, todos eles esquecidos das finalidades humanas e nacionais de um verdadeiro Estado democrático. A grande e profunda crise universal que abalava as concepções e experiências políticas em todas as partes do mundo podia ser sintetizada nesta perda de orientação básica do Estado e em sua dificuldade de relacionamento com o próprio homem, a quem deviam se destinar suas ações e preocupações (GOMES, op. cit., p. 183)

Nessa interpretação de Ângela de Castro Gomes se percebe que é o suposto “sujeito” Estado quem formula essas conclusões e resolve responder aos apelos populares.

Tendo em vista esses elementos que acabaram de ser mencionados, serão apresentadas aqui algumas considerações sobre o papel dos trabalhadores na construção do que se denomina de forma mais geral de *trabalhismo*, tendo os ferroviários como um dos seus prováveis interlocutores.

Genericamente pode-se caracterizar o trabalhismo primeiramente como uma alternativa às posições mais extremistas do movimento operário,⁵² e, secundariamente, pelo seu discurso apaziguador em relação às tensões existentes entre capital e trabalho, que desvia os trabalhadores dos reais conflitos de classe. PARANHOS (*apud* KONRAD, op. cit., 2004, p. 93) afirma também que, os anos trinta constituíram o “solo propício ao surgimento da ideologia do trabalhismo”. Essa, só pode ser compreendida se relacionada às circunstâncias históricas, “como parte inseparável da reação de um Estado capitalista que não podia mais subestimar a ‘questão social’”, sendo, por outro lado, uma espécie de “eco distorcido” da história do movimento operário.

Entre outras características, a questão sobre o antiliberalismo levantada por Castro Gomes é comum a outras doutrinas como o socialismo e o positivismo.

⁵² Essa definição é feita por Silvia Petersen (1992, op. cit., p. 322) quando apresenta no seu livro os documentos sobre os dois Partidos Trabalhistas que surgiram no Rio Grande do Sul, um em 1925 e outro em 1928, mas que tiveram duração efêmera.

De uma forma geral, essa relação entre socialismo e positivismo foi facilitada pelas condições específicas de recepção do marxismo no Brasil além de elementos compartilhados pelos dois setores na crítica comum ao liberalismo ortodoxo hegemônico no País até 1930 (FORTES, op. cit., p. 471).

Com as conhecidas conseqüências predatórias causadas pelas práticas liberais no século XIX, é possível compreender como correntes tão distintas surgem tendo uma base minimamente “comum”. No caso do trabalhismo, ele procura se colocar como uma “terceira via”, tanto do ponto de vista de parcelas proletárias bem como capitalistas.⁵³ O que distingue essencialmente os comunistas e anarquistas das outras correntes é o seu caráter revolucionário que tinha como base a eliminação da sociedade de classes. A perspectiva trabalhista se funda numa teoria de integração social.

O caso dos ferroviários é exemplar nesse sentido. No caso aqui analisado, isto é, dentro dos limites do Rio Grande do Sul, a fundação da Viação Férrea em 1905, ocorre dentro do período de governo republicano, que advogava claramente em favor do positivismo. Com a encampação por parte do Estado, em 1920, a presença dos preceitos comtianos na regulamentação da empresa e na disciplinarização do trabalho,⁵⁴ aparece com força ainda maior. Para Flores, “a partir de 1920, a VFRGS gerida como empresa estatal teve sua orientação administrativa baseada nos princípios filosóficos positivistas, influência advinda da formação cultural das autoridades do governo gaúcho e dos próprios dirigentes da autarquia” (op. cit., p. 188).

Assim, o modo de atuação dos ferroviários na questão política se dá basicamente por duas vias, estando a primeira relacionada ao contexto nacional. O transporte ferroviário vinha se colocando nesse momento como um dos principais símbolos de modernização nacional, determinante para o estabelecimento de uma nova mentalidade própria do processo de urbanização que o país sofria. As ferrovias eram entendidas por alguns de seus idealizadores como o grande instrumento que finalmente daria um sentido mais amplo à nacionalidade brasileira e unificaria o Brasil de Norte a Sul.

⁵³ É possível encontrar atualmente documentos do Partido Democrático Trabalhista, fundado por Leonel Brizola nos anos 80, que se refere ao trabalhismo como doutrina defensora de um “capitalismo solidarista”. Para ter acesso a um exemplo ver: CARVALHO, Adão Eliseu de. **O trabalhismo**. Disponível em: <<http://www.pdtrs.com.br/documento-s.asp?orgao=autenticidade>>. Acesso em: 23. dez. 2007.

⁵⁴ Sobre as tentativas de disciplinarização dos trabalhadores da VFRGS ver: HILLIG, Silvana Grunewaldt. **Entre trilhos e sob rodas: racionalização, disciplinarização e resistências - Rio Grande do Sul (1920-1949)**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2005. Ver também: HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários. In: **História Unisinos**. v. 6, n. 6, 2002. p. 219-250.

O que se depreende disso é o papel crucial que a malha brasileira vai passar a desempenhar na economia brasileira e nas relações do país com outras nações. Parece claro que, vivenciando essas experiências, os operários da ferrovia se sentissem, em certa medida, prestigiados pelo poder público. Tecendo uma generalização, pode-se dizer que se os trens param, com eles param a economia. E foi esse o caso, por exemplo, na greve de 1917, bem como de 1936, no Rio Grande do Sul.

Exemplo dessa importância que os trabalhadores vão ganhando frente ao Estado já nos anos vinte é o Decreto Nº 4.682, de 24 de Janeiro de 1923, o qual criou em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para cada um de seus empregados.⁵⁵ Esta lei é considerada a primeira lei de previdência social no Brasil. Uma conquista desse porte tem que ser visualizada não só no contexto da importância que os ferroviários adquiriam naquele momento, mas também no processo de luta que eles⁵⁶ e outros grupos operários empreendiam por benefícios para a classe. Porém, o conjunto dessas conquistas profissionais e o patrocínio de certas instâncias do poder público foram fundamentais na construção de seus posicionamentos políticos. É aqui que entra o segundo aspecto da atuação desses trabalhadores: a política positivista.

O célebre tema comtiano da incorporação do proletariado à sociedade moderna era observado em muitos discursos dos membros do PRR/PRL. Esse princípio abria, em tese, a possibilidade de manifestações operárias no Rio Grande do Sul, mas sempre, é claro, numa perspectiva de tentar harmonizar o corpo social. BOEIRA (op. cit., p 42) é muito claro quanto a esse dado: “o reconhecimento da questão operária passou a ser ponto central da orientação política dos republicanos, seja a nível estadual, [...], seja a nível nacional [...]”.

Já foi possível observar anteriormente o tratamento dado por Borges de Medeiros aos grevistas de 1917 e o seu tom paternalista. Em 1936 não será muito diferente, pois os trabalhadores ferroviários historicamente⁵⁷ nunca optaram pela destruição de bens materiais, sobretudo os públicos.

Em toda a documentação verificada, os ferroviários sempre procuraram se antecipar, individualmente ou através de suas entidades, aconselhando o zelo pela instituição ferroviária e a manutenção de bom ambiente de trabalho. Isso ocorria mesmo durante as greves, quando os ânimos ficavam exaltados. Nesses momentos

⁵⁵ Dentre os direitos conquistados estavam socorros médicos para o operário e para a sua família; medicamentos a preços mais baixos, aposentadoria e pensão para os herdeiros.

⁵⁶ Em Santa Maria, da tradição grevista dos ferroviários, destacam-se as greves de 1908, 1911 e 1917, 1919, 1936, 1945 e 1951 contrariando qualquer tipo de idealização nas suas relações com o Estado.

⁵⁷ Mesmo não sendo patrimônio público, é de se salientar que em 1917 foram incendiados 25 vagões dos 100 que estavam em Santa Maria.

a orientação era no sentido de preservar o patrimônio da ferrovia e evitar o desrespeito às autoridades constituídas (FLORES, op. cit., p. 130).

Outro elemento que colaborava para esse tipo de comportamento foi a enorme influência que os católicos exerciam no meio ferroviário. Os maristas, além de doutriná-los com os princípios cristãos, maldiziam os “bolchevistas” como ameaça da ordem social. Como se vai perceber, a despeito da existência de muitos militantes comunistas aqui em Santa Maria, o anticomunismo sempre foi elemento comum para boa parte dos ferroviários.

Estando aquela conjuntura permeada por essas circunstâncias, ou seja, por influências diretas das doutrinas positivistas que prezavam a ordem social, pelas idéias cristãs de harmonização das classes e pelo discurso anticomunista, as manifestações ferroviárias praticamente nunca ultrapassavam as exigências econômicas. Esse “pragmatismo” visava, além das conquistas materiais, o reconhecimento do grupo profissional pela sociedade sul-riograndense.

O método que se tornou tradicional na atuação dos ferroviários foi inegavelmente a greve, mas sempre dentro dos parâmetros ditados pelo Estado. Nesse sentido, a greve de 1936 possui uma singularidade interessante, pois nesse ano as paredes estavam nacionalmente proibidas, o que torna esse acontecimento um importante momento de crítica à política social por parte do grupo ferroviário, tradicionalmente afinado com os poderes oficiais. Portanto, como afirma Flores, “o verificável é que desde o início de suas atividades profissionais esses trabalhadores sempre buscaram compor com as instâncias do poder instituído” (Ibid., p. 412-413).

Assim, levando em conta essa complexa teia de práticas e influências na qual os ferroviários estavam envolvidos, pode-se afirmar que, antes mesmo do surgimento do PTB, o posicionamento dos operários poderia ser interpretado já dentro de uma lógica da ideologia trabalhista, e que se concretizou efetivamente durante a greve de 1936.

Partindo-se do pressuposto de que havia práticas trabalhistas antes da formação do PTB em 1945, entende-se que o conceito pode ser utilizado para a análise de determinados casos de “reformismo” nos anos trinta.⁵⁸ O que não se deve perder de vista são as nuances de cada um dos processos que forem estudados, pois se isso ocorrer, se criará um enorme perigo de construção de generalizações que, além de mascarar o processo real, se tornam anti-históricas. Somando-se a essa compreensão, em relação aos ferroviários é possível destacar

⁵⁸ Para uma discussão sobre o tema do reformismo ver: SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Obreiros unidos preparamos o porvir. In: **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG/PUC-RS, 2004. p. 464-465.

ainda que o próprio PTB, a partir de 1945, terá grande receptividade entre eles, pois como ressalta Flores: “no RS foi notória a simpatia que os ferroviários tiveram em sua trajetória pelo republicanismo positivista, representado pelo borgismo e varguismo, bem como pelo trabalhismo depois de 1945” (Ibid., p. 548).

Analisando pelo ângulo das classes dominantes, as raízes positivistas do projeto trabalhista parecem claras no pós-1930. Como já foi visto, o antiliberalismo do governo varguista possuía íntimas relações com as posições comtianas. Augusto Comte foi discípulo do “socialista utópico” Saint-Simon, que idealizava uma espécie de Nação-Estado corporativa como saída para os problemas gerados pelos regimes liberais (BOSI, 2003, *apud* BATISTELLA, 2005, p. 8)

Outro aspecto de proximidade dessas correntes foi o modelo adotado pelo governo Vargas na organização das entidades sindicais, que tinha como objetivo disciplinar o trabalho como forma de evitar o conflito de classes em nome da harmonia social. Tentativas como essa tiveram início com os governos perrepistas sul-rio-grandenses, sobretudo nos seus posicionamentos paternalistas frente às greves de 1906 e 1917 no estado (PINTO, *op. cit.*, p. 58, 65-68).

Como último ponto, a questão da continuidade administrativa também emanava dos ideais comtianos. Os republicanos se mantiveram no poder no Rio Grande por 48 anos (1889-1937), enquanto Vargas esteve na presidência, de forma ininterrupta, por outros quinze anos (1930-1945) (BATISTELLA, *op. cit.*, 2005, p. 14). Em virtude dessas questões, fica evidente que “se é verdade que Vargas pertencia a uma outra geração que não aquela que fundara o PRR, não é menos verdade que ele, estava profundamente marcado pela doutrina do partido [...]” (PINTO, *op. cit.*, p. 97-98).

Em última instância, se após 1945 o trabalhismo se transformou numa grande força política, certamente a análise de sua construção, em termos ideológicos, não pode ser desvinculada do estudo sobre as concepções positivistas expressas especialmente pelos republicanos sul-rio-grandenses, da qual Vargas, Aranha, Pasqualini e outros foram, em alguma medida, herdeiros.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou interpretar as práticas e pensamentos políticos dos trabalhadores ferroviários durante a greve de 1936, mas não se restringindo somente nela, dentro do contexto ideológico em que se confrontavam diversas correntes doutrinárias no meio operário. Nesse sentido, observou-se que os seus posicionamentos não se conformavam com idéias radicais de rompimento com os poderes instituídos, e muito menos com princípios de total submissão ou manipulação por parte do Estado.

Por serem considerados uma parcela de operários importantes para a manutenção econômica do Rio Grande do Sul tanto por Flores da Cunha, bem como pela sociedade sul-rio-grandense, os seus objetivos centravam-se basicamente na busca por conquistas específicas da categoria, o que determinou que se mantivessem como um grupo relativamente alheio aos interesses do movimento operário como um todo. Relativamente, pois, independente das suas ideologias, os ferroviários não podiam fugir da sua posição objetiva de classe, já que todos sobreviviam da venda de sua força de trabalho. E, tendo em vista esse panorama, a análise do grupo não poderia ser feita fora do contexto das diferentes correntes ideológicas que atravessavam o universo político dos anos trinta.

Enfim, é partindo dessa base em que se conflitavam inúmeras idéias, que o trabalhismo dos ferroviários deve ser compreendido, e as influências que sofriam dos princípios filosóficos do positivismo, até mesmo por serem empregados de uma empresa estatal, ou dos ideais cristãos dos circulistas, não devem ser desconsiderados. O primeiro contribuiu de forma decisiva para que doutrinas como o comunismo não se infiltrassem hegemonicamente no meio ferroviário. Já o segundo atuou pontualmente como um forte instrumento na luta pela “harmonia social”. Levando em conta essas influências conservadoras, que de certo modo tiveram repercussões nas práticas políticas ferroviárias, é necessário ter claro que elas não conseguiram dominar de forma absoluta esses trabalhadores, pois se o caso fosse esse, como explicar a tradição grevista desses operários?

Para uma primeira conclusão, um dos elementos que elucidam essa situação é aquilo que alguns historiadores têm ocultado: o conflito de classes. Por mais que as elites procurem mascarar, desviar ou manipular os trabalhadores, a condição de classe e o nível de conscientização dos mesmos, faz com que tais tentativas simplesmente não atinjam plenamente os seus intentos. No caso dos ferroviários, o que se percebe é que essas forças

conservadoras conseguiram atuar de forma mais intensa sobre eles quando comparados, sobretudo, com os comunistas ou os anarquistas. Mas ainda assim, dentro dos limites que o momento histórico lhes colocou, esses operários atuaram efetivamente na busca por melhores condições de vida e trabalho, o que, do ponto de vista desse estudo, pode ser considerada como uma atuação que se colocou dentro de uma lógica considerada como trabalhista.

Talvez, um dos grandes objetivos de um trabalho acadêmico seja o de abrir um leque ainda maior para outras pesquisas, dando pistas para que se preencha de uma ou outra forma as lacunas nas análises sobre um determinado processo histórico. Felizmente, em vez de dizer tudo o que se poderia sobre a greve, o que ocorreu foi o surgimento de inúmeras questões para serem aprofundadas, pois uma greve é resultado de uma rede complexa de relações que jamais serão resgatadas totalmente. As palavras de THOMPSON (1981, p. 61) são de fundamental importância para refletir acerca dessas questões:

A explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo, é portanto Nada, apenas uma narração fenomenológica consecutiva. É um engano tolo. A explicação histórica não revela como a história *deveria* ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular do processo. E assim por diante. E muito mais.

Uma primeira perspectiva que fica em aberto é a greve ferroviária de 1936 fora dos limites de Santa Maria. Como foi possível verificar, o movimento se estendeu para, no mínimo, outras quatro cidades, a saber, Gravataí, Porto Alegre, Bagé e Pelotas. O aprofundamento da compreensão sobre os posicionamentos adotados pelos ferroviários prescinde, em grande escala, de uma análise amplificada para essas outras localidades, e, se um trabalho for desenvolvido nesse sentido, poderá, inclusive, demonstrar se houve, entre eles, atitudes que contrariaram o comportamento observado entre os operários de Santa Maria.

Em seguida, ficou clara a necessidade de se iniciar pesquisas sobre as relações entre socialismo, positivismo e trabalhismo, até mesmo com o anarquismo.⁵⁹ São poucos os trabalhos que promovem alguma tentativa de visualizar as relações existentes principalmente

⁵⁹ Sobre os fundamentos cientificistas dos escritos de alguns anarquistas ver: KONDER, Leandro. A difusão das idéias de Marx nos anos da hegemonia anarquista. In: **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 92-116.

entre o segundo e o terceiro. A própria obra de Castro Gomes é um exemplo disso, já que em nenhum momento essas questões atravessam o seu universo de interpretações. As já clássicas reflexões de Nelson Boeira e Celi Regina Pinto, a despeito de sua grande contribuição para o debate em torno do comtismo no Rio Grande do Sul, possuem como marco temporal o ano de 1930. Assim, deixam transparecer que a influência do positivismo acaba nesse momento, o que, evidentemente, não é verdade. Em contrapartida, o livro de Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*, que não foi analisado aqui, parece ser um dos trabalhos que identifica as ligações do positivismo com a política varguista pós-30. Além, é claro, dos trabalhos desenvolvidos por Alessandro Batistella,⁶⁰ que, partindo da realidade sul-rio-grandense, percebe as influências das doutrinas positivistas em outros países latino-americanos inclusive.

Como terceiro ponto, paralelo à retomada que aqui foi feita de um tema tradicional que é o estudo das greves no seio da classe operária, procurou-se incorporar à análise desse movimento, questões atinentes a outros campos de reflexão. Elas pertencem, de certo modo, às novas orientações da historiografia sobre o trabalho no Brasil. Uma delas é a presença das manifestações e influências da religião no campo da cultura operária. Discutiu-se aqui o prestígio que gozavam as doutrinas kardecistas⁶¹ e umbandistas entre os ferroviários (ou melhor, de um ferroviário), e a suas representações simbólicas que constituíam parte de suas crenças.

Por ser uma hipótese inicial e ainda sujeita a uma análise mais rigorosa, também foi proposto que essas convicções religiosas mediavam, em alguns momentos, as relações do operariado com outras classes sociais. Portanto, por se verificar que as práticas kardecistas apareceram em Santa Maria, se abre um horizonte para uma necessidade de estudos novos e mais profundos nessa área, pois esse trabalho conseguiu identificar apenas um operário praticante do umbandismo. Ficam as dúvidas: seria somente Charão o único kardecista/umbandista dentro de um universo de mais de mil operários da Viação? Seria casualidade o fato dos operários procurarem um renomado líder espírita santa-mariense como Fernando do Ó, para se instruírem a respeito do que deveriam fazer frente às circunstâncias que a greve lhes havia colocado? Como os católicos, maioria reconhecida entre os

⁶⁰ BATISTELLA, Alessandro. As possíveis influências positivistas nos estados “populistas” latino-americanos: uma análise comparativa entre Brasil, Argentina e México. In: **II CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA**. Anais eletrônicos... Passo Fundo: PPGH-IFCH-UPF, 2005. Disponível em: <www.2csh.clio.pro-br/alessandro%20batistella.pdf>. Acesso em: 21. dez. 2007. Ver também, do mesmo autor, Influências positivistas na política getulista: uma análise comparativa entre a República Velha sul-rio-grandense e o Brasil pós-1930. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, fev. 2006.

⁶¹ Uma importante contribuição nesse sentido poder ser vista em: LONER, Beatriz. **Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 1999. p. 154-155.

ferroviários, interpretavam as práticas umbandistas da quais participava Otacílio Charão? Como se viu, esse era um operário negro. Nesse sentido, não seria necessário dar início a uma análise sobre o trabalhador negro no interior da VFRGS e suas relações com outras etnias?

Outro enfoque atual que se procurou dar conta na medida do possível foi a participação feminina no processo grevista. Os estudos nessa área têm sido desenvolvidos de forma lenta e gradual, devido principalmente ao escasso número de fontes para a produção historiográfica nesses domínios. Aproveitando-se do material encontrado, ele foi reproduzido de forma completa exatamente pela dificuldade de se ter acesso a esse tipo de documentação. Aqui, as veias da historiografia também estão abertas. Será que havia mulheres que trabalhavam na ferrovia sob outras formas de emprego, desligados da empresa? Como a maioria delas pensava a participação dos seus companheiros nos processos grevistas?

Por fim, levando em conta que aqui se defendeu a idéia de que a ideologia do trabalhismo foi elemento agenciador das práticas e atitudes ferroviárias ao longo do processo de greve, cabe exigir das próximas pesquisas uma confirmação dessa interpretação. Considerando que as referências sobre a atuação dos comunistas no meio ferroviário foi intensa nos anos trinta, prescinde-se também de uma análise mais efetiva que também confirme essa presença.

Agora, um debate que está por ser feito se refere aos conceitos e a atuação dos reformistas, onde se incluem os trabalhistas ou os “amarelos”. Apesar da contribuição que aqui foi feita, se utilizando do conceito de trabalhismo, é lugar comum nos textos que procuram construir um panorama sobre as pesquisas operárias no Rio Grande do Sul. PETERSEN (op. cit., 2006, p. 13) salienta que dentro os temas que aguardam adensamento das pesquisas está, por exemplo, os estudos sobre grupos políticos reformistas e comunistas, tendo em vista que existem muitos sobre socialistas e anarquistas. Indo além, LONER (*apud* SILVA JR, op. cit., p. 464) ao tecer comentários sobre os motivos de seus estudos não englobarem essa categoria, destaca a dificuldade em conceituar esse grupo:

[...] não foi considerada nessa análise a discussão de expressões menos orgânicas dentro do movimento, como os moderados ou colaboracionistas, mais agressivamente definidos como ‘amarelos’, na Primeira República, ‘pelegos’ a partir de 30. Isso ocorreu, não devido à sua inexistência, ou influência insignificante, mas porque sua existência, fluída e eminentemente empírica, não os constituía em uma corrente claramente definida dentro do movimento, como as demais. Pelo menos nas cidades em estudo, seus elementos atuavam apenas em pequenos grupos, construindo-se em reação a outras posições, ou frente a estímulos vindos de diferentes agentes, como o governo, mas ainda marcados por uma atividade pontual. Sua atuação foi detectada, pois influenciava os trabalhadores, e por isso será descrita [...].

Diante disso, se percebe que, por uma parte do operariado se enquadrar dentro de alguns desses enfoques, muitas de suas ações e posicionamentos ainda devem ser alvos de pesquisas mais aprofundadas, pois o que se vê hoje é uma bibliografia lacunar da história operária sobre esse tema.

Como se viu, até agora as conclusões que foram sendo apresentadas nessa monografia não são absolutas e nem definitivas. A história não conhece verbos regulares. Defende-se aqui a idéia de que a realidade não se modifica de tempos em tempos, ou que está a mercê de uma hierarquia de valores de uma determinada época, mas sim que o significado que atribui-se a essa realidade é que se modifica. Concordando com THOMPSON (op. cit., p. 51), afirma-se aqui que cada praticante, cada idade, pode fazer novas perguntas à evidência histórica ou pode trazer à luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a “história” (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração. Foi tendo como horizonte essa proposta que, ao invés de encerrar este trabalho com considerações definitivas, se resolveu pôr em pauta questões a serem investigadas.

Desse modo, tendo como base uma greve que movimentou a vida da cidade de Santa Maria nos primeiros meses do ano de 1936, não se fez aqui nada além de uma tentativa no sentido de contribuir com reflexões e ponderações para uma possível discussão futura. Nesta, dando-se continuidade à dialética do conhecimento histórico, ambas podem ser incorporadas, negadas ou afirmadas. Sempre se orientando a partir de uma visão que privilegie, na perspectiva da história social do trabalho, a noção central de resgate da vida e da cultura de trabalhadores e trabalhadoras que constituíram parte significativa da história social do estado.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez/Editora Ensaio, 1990.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Nu-sol/SOMA/Imaginário, 2002.

_____. **Escritos contra Marx**. São Paulo: Nu-sol/SOMA/Imaginário, 2001.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

BATISTELLA, Alessandro. As possíveis influências positivistas nos Estados “populistas” latino-americanos: uma análise comparativa entre Brasil, Argentina e México. In: **II CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA**. Anais eletrônicos... Passo Fundo: PPGH-IFCH-UPF, 2005. Disponível em: <www.2csh.clio.pro.br/alessando%20batistella.pdf>. Acesso em: 21. dez. 2007.

_____. Influências positivistas na política getulista: uma análise comparativa entre a República Velha sul-rio-grandense e o Brasil pós-1930. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, fev. 2006.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, Adão Eliseu de. **O trabalhismo**. Disponível em: <<http://www.pdtrs.com.br/docu-mentos.asp?orgao=autenticidade>>. Acesso em: 23. dez. 2007.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Pedro. **Greve: fatos e significados**. São Paulo: Ática, 1986.

CAVALARI, Rosa Maria. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio do vencidos**. Memória, história e revolução. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano I**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, João Rodolpho Amaral. **Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria (1898-1957)**. Tese de doutorado. São Leopoldo: PPGH-Unisinós, 2005.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários. In: **História Unisinós**. v. 6, n. 6, 2002.

HILLIG, Silvana Grunewaldt. **Entre trilhos e sob rodas**: racionalização, disciplinarização e resistências - Rio Grande do Sul (1920-1949). Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

ISAIA, Artur César. Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. In: MACHADO, M. C.T.; PATRIOTA, R. (orgs.). **Historia e Historiografia**: perspectiva contemporânea de investigação. Uberlândia: Edufu, 2003.

KARDEC, Allan. **O que é o espiritismo**. Trad. Salvador Gentile. Araras: Instituto de Difusão Espírita, 1991.

KONDER, Leandro. A difusão das idéias de Marx nos anos da hegemonia anarquista. In: **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1994.

_____. A dialética da negatividade: o Rio Grande do Sul em uma encruzilhada na década de 1930. In: QUEVEDO, Júlio R. (Org.). **Rio Grande do Sul: 4 séculos de história**. Porto Alegre: 1999, Martins Livreiro.

_____. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: **Os trabalhos e os dias** - Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo: CEM/Ed. da UPF, 2000.

_____. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LONER, Beatriz. **Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 1999.

_____. A história operária no Rio Grande do Sul. In: **História Unisinos**. Número Especial: V Encontro Estadual de História: São Leopoldo: Unisinos, 2001.

LOPES SOBRINHO, Hermeto. **Personagens de nossa história**. Santa Maria: [s.n.], 1995.

LUCAS, Maria Elizabeth. Legislação social e independências ideológicas no movimento operário gaúcho (1930-1937). In. **Estudos Ibero-Americanos** - O processo revolucionário de 1930. v. VII, ns. 1-2. Porto Alegre, Ed. da PUC-RS, 1981.

MARÇAL, João Batista. **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. 1. Tomo I. (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORAES, João Quartim de; FILHO, Daniel Aarão Reis. **História do marxismo no Brasil**. Vol. I. O Impacto das revoluções. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Heterogeneidad obrera y nacionalismo popular. In: **Estudios sobre las orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1969.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos trinta aos sessenta. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ORO, Ari. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. In: **Estudos afro-asiáticos**. Vol. 24. Nº 2. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X20020002000006>. Acesso em: 3. fev. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "**Que a união operária seja a nossa pátria**": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____. Texto Introdutório. In: **II Jornada de História do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Pelotas: NDH da UFPel/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, junho de 2005. (mimeo).

_____. Introdução. In: **III Jornada de História do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: SEDUFSM/ GT Mundos do Trabalho da ANPUH, junho de 2006. (mimeo).

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Coleção Universidade Livre. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

RECHIA, Aristilda. **Santa Maria: panorama histórico-cultural**. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.

RIBEIRO JR, João. **O que é positivismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo/São Caetano do Sul: IMES, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. In: **Revista Brasileira de História**. v. 21. n. 41. São Paulo: ANPUH, 2001.

SCHULTZ, Adilson. **Deus está presente - O diabo está no meio: O protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2005.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG/PUC-RS, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRINDADE, Hélio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **O método dialético na didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. 2 v. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Home-pages Consultadas

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. **Clube 3 de Outubro**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_clube3.htm>. Acesso em: 14. dez. 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. **Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_revolu%C3%A7%C3%A3o_const.htm>. Acesso em: 14. dez. 2007.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL. **Legislação federal**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaFormPesquisa.action>>. Acesso em: 15. dez. 2007.

Jornais Consultados

A Razão, de Santa Maria (de 9 de fevereiro até 15 de fevereiro de 1936).

Correio do Povo, de Porto Alegre (de 11 de fevereiro até 15 de fevereiro de 1936).

Diário do Interior, de Santa Maria (de 11 de fevereiro até 23 de fevereiro de 1936).

O Commercio, de Cachoeira do Sul (de 8 de janeiro de 1900).